



# ELO



PORTE  
PAGO

ANO IX  
N.º 114  
MENSAL  
OUTUBRO  
1983  
PREÇO 20\$00

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS**

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

**EMPOSSADO DIA 17 DE OUTUBRO**

# NOVO SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

(Pág. 7)

## EDITORIAL

A realização do denominado 2.º Congresso Nacional de Deficientes, promovido pela UCNOD nos passados dias 22 e 23 de Outubro, contribuiu para que de novo a problemática dos deficientes portugueses, e mais precisamente a momentosa questão que se prende com as suas formas organizativas, viesse a lume tanto ao nível da opinião pública em geral como no seio das organizações de e para deficientes. Quando as dificuldades apertam e a marginalização cresce, é preciso erguer a voz para denunciar e impedir que os que já estão na mó de baixo sejam totalmente esmagados pelo turbilhão «laissez fair, laissez passer».

Colocados à margem, espeznados e ofendidos somos todos nós os deficientes deste país «à beira mágoa plantado». Mas se o sol de Abril já nasceu, é forçoso que nos levantemos e, na firmeza de quem sabe ter a razão do seu lado, afrontar sem reservas os obstáculos que se nos deparam.

Na ADFA temos consciência de que os obstáculos são grandes, mas também sabemos, por experiência própria, que para os ultrapassar é necessário encontrar os meios eficazes, se não quisermos correr o risco do esgotamento prematuro.

Enquanto não definirmos com rigor os meios que pretendemos utilizar para alcançar os fins que almejamos, a nossa luta será inglória. Temos vindo a alertar, numa acção sistemática, os deficientes e suas organizações representativas para a necessidade de, conjuntamente, debatermos, até à exaustão, se necessário fôr, as formas organizativas que melhor possam defender os nossos direitos.

Ao reafirmarmos a nossa total disponibilidade para encontrar vias comuns de actuação, fazemo-lo na certeza de que continuamos de costas uns para os outros, pensando cada qual possuir a verdade irrefutável. De resto, foi com esta disponibilidade e serenidade que tomamos publicamente uma posição conjunta com outras

(Continua na pág. 3)



Colheita amarga. Desenho © André Paris, Yonne, França.

Reprodução do CORREIO DA UNESCO, Out.-Nov-1982.

Senhor! A guerra é bárbara e má; a guerra,  
odiada pelas mães, as almas enfiurece:  
enquanto a guerra passa, quem semeará a terra?  
Quem ceifarà a espiga que junho amarelece?

António Machado (1875-1939)

Ao assinalar-se, em Outubro, a semana do desarmamento, está em foco a opção armamento ou desenvolvimento, assumindo a ADFA a causa da Paz.

## REALIZAÇÃO DO 2.º CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES ACENTUA A DIVISÃO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

● 5 ASSOCIAÇÕES (INCLUINDO A ADFA) TOMARAM POSIÇÃO PÚBLICA (Pág. 12)

- «ELO» ENTREVISTOU O SECRETÁRIO GERAL DA FMAC (Pág. 6)
- 15.º CONGRESSO MUNDIAL DA REHABILITATION INTERNATIONAL (Pág. 5)
- A ADFA TOMA POSIÇÃO NA SEMANA DO DESARMAMENTO (Pág. 12)
- NONO ANIVERSÁRIO DO «ELO», EM 23 DE NOVEMBRO (Pág. 3)

# A VALORIZAÇÃO CULTURAL COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Logo no início da ADFA, pôs-se a tônica, acentadamente, na necessidade de os Deficientes das Forças Armadas se valorizarem culturalmente.

A valorização cultural substituiria, assim se entendia, a reabilitação profissional (que nunca existiu) e serviria de compensação, em termos gerais, da deficiência física, acentuando a parte intelectual.

Esta questão, assim posta, gerou, com a dinâmica que caracterizava a ADFA nos primeiros tempos, um grande entusiasmo por parte dos sócios. A primeira estrutura criada na Associação, no que respeita a organização de serviços, foi a Comissão de Educação e Cultura. Os primeiros voluntários a apoiar a Associação foram professores, dando aulas gratuitamente a sócios. As primeiras manifestações materiais de solidariedade da população foram ofertas de livros escolares (muitas vezes obsoletos).

Muitas dezenas de livros escolares (já usados) foram recebidos na ADFA naqueles meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro de 1974. Eram trazidos por pessoas que ouviam o programa diário da Associação na Rádio Renascença, onde, precisamente, esta ideia da necessidade de valorização cultural dos deficientes merecia tratamento especial.

Foi neste ambiente que nasceu a Escola da ADFA, contando no princípio com professores voluntários, depois com subsídios do Ministério da Educação e mais tarde oficializada.

Na Escola da ADFA, frequentaram e concluíram o Ciclo Preparatório e 5.º ano liceal muitos sócios que, de outra forma, o não teriam feito. Os reflexos na sua integração profissional foram imediatos e notórios, não só nos que já trabalhavam, como (e sobretudo) naqueles que procuravam e obtiveram emprego (também através da ADFA).

Estudar, conseguir uma valorização cultural para uma melhor

integração profissional em especial e para garantir uma compensação intelectual para a deficiência física em geral, foi ideia que ganhou raízes e produziu frutos entre os sócios da ADFA. Na sede, em Lisboa, para além dos que frequentaram e continuam a frequentar a Escola da Associação, muitos outros, em outras escolas e a outros níveis se lançaram na procura de mais saber.

Uma análise bastante restrita — dos sócios que, ao longo destes anos, passaram pela sede como trabalhadores — revela uma evolução cultural e profissional que se situará muito acima da média, considerando a população do mesmo nível etário.

Só muito recentemente foram admitidos sócios trabalhadores formados — o consultor jurídico, economista responsável pela Escola. Os primeiros trabalhadores da sede eram recém-saídos do Hospital Militar, sem reabilitação profissional nem qualquer outro tipo de preparação para o desempenho de funções compatíveis com as suas deficiências. Para eles, a ADFA foi um autêntico centro de formação profissional, onde muitos obtiveram preparação para serem colocados no exterior, hoje perfeitamente integrados. Alguns acumularam a sua qualidade de trabalhadores com a de estudantes, vindo posteriormente a prosseguir os estudos. De entre esses houve alguns casos com cursos superiores concluídos ou em vias disso (dois médicos, um economista, um contabilista, duas frequências do curso de Direito e outra de História). A nível médio, para além do 5.º ano liceal, existem alguns cursos que se encontram em vias de acesso à Universidade.

Isto, considerando apenas os sócios que ao longo destes anos passaram pela sede da Associação como trabalhadores. De entre os restantes existem muitos outros exemplos a marcar o esforço e empenho dos Deficientes das Forças Armadas em, pelos seus próprios meios, procurarem a melhor maneira de se integrarem na sociedade.

Foi a deficiência que motivou esta vontade de estudar. Foi ela, assinalando implacavelmente a diferença e provocando a marginalização que fez redobrar a vontade dos seus portadores para atenuarem esses efeitos.

Na vida de uma pessoa, estudar tem, normalmente, o seu tempo. Continuar ou arrancar, em adulto, carece de uma motivação especial. Neste caso a motivação nasceu da necessidade e do incentivo. A necessidade, gerada pela deficiência; o incentivo, criado pela ADFA, pela sua dinâmica, pela sua determinação em fazer afirmar os sócios como cidadãos plenos perante a sociedade.

Este foi o grande motivo à partida. Depois terá vindo o gosto de aprender, conhecer, etc. O deficiente, aí, homem como qualquer outro, soube fruir o bem que é a cultura.

Deste modo, alguns, melhor preparados, fruto de um esforço que nem sempre se faz aos vinte e tal ou trinta e tal anos, tendo conseguido ultrapassar a barreira da afirmação social, penetrando na sociedade, onde são elementos produtivos e, por ventura, com o seu exemplo, condicionadores do comportamento dessa mesma sociedade.

O que se pretendeu aqui foi salientar o ambiente favorável existente na ADFA para o estudo e para a valorização cultural no âmbito da luta pela integração social. Ambiente que acabou até por contagiá-la, curiosamente, duas trabalhadoras familiares de sócios, que, embora não sendo deficientes, aqui se entusiasmaram e decidiram continuar os estudos que, noutras circunstâncias, talvez tivessem abandonado definitivamente.

Fica aqui, pois, registado, muito sumariamente um aspecto (apenas um entre muitos) da vivência passada na ADFA — passado com reflexos bem actuais e vivos no presente.

## DIREITOS DOS SÓCIOS ISENÇÃO DE PROPINAS

**Para que todos os sócios se encontrem bem informados dos direitos que lhes cabem, chamamos a atenção para o Decreto-Lei que estabelece a isenção de propinas de frequência e exame, isenção extensiva aos Deficientes das Forças Armadas e aos seus filhos.**

**Dada a sua importância, nomeadamente no que concerne aos filhos dos sócios, aqui fica a transcrição do Decreto-Lei n.º 358/70.**

Considerando ser justo auxiliar na continuação dos seus estudos os militares que hajam participado ou participem em operações militares de combate e nelas se tenham distinguido por forma notável, ou tenham sofrido, em consequência, diminuição física.

Atendendo a que também os filhos desses combatentes devem beneficiar de idêntico auxílio com vista à protecção do agregado familiar.

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2 do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. São admitidos nos estabelecimentos oficiais não militares do ensino de todos os graus e ramos, com isenção de propinas de frequência e exame, os combatentes e antigos combatentes de operações militares ao serviço da Pátria, nas quais tenham obtido condecorações e louvores, constantes, pelo menos, de Ordem de

Região Militar, Naval ou Aérea, ou que, por motivo de tais operações, tenham ficado incapacitados para o serviço militar ou diminuídos fisicamente. Esta isenção é extensiva aos filhos dos combatentes anteriormente citados.

2. A isenção abrange o selo dos documentos necessários à matrícula e à apresentação a exame, bem como o dos diplomas de curso.

3. As isenções a conceder nos termos deste art.º não serão tomadas em conta para o cálculo das percentagens dos alunos a beneficiar segundo a legislação relativa ao ensino a que respeitar a matrícula.

4. A qualidade de combatentes com as especificações referidas no n.º 1 deste artigo é comprovada por documento passado pela respectiva unidade militar mobilizadora.

Artigo 2.º — 1. Aos alunos combatentes ou antigos combatentes nas condições do n.º 1 do artigo anterior, ou aos seus filhos, quando concorrerem a bol-

sas de estudo e provem satisfazer às condições legalmente exigidas para esse efeito, será concedido o benefício referido, independentemente da graduação que lhes tenha cabido na ordenação geral dos candidatos.

2. Nos anos em que, pela atribuição de bolsas de estudo nos termos do número anterior, seja excedido o contingente consentido pela correspondente dotação orçamental, esta será reforçada.

Artigo 8.º — A concessão dos benefícios referidos nos artigos anteriores, depende do bom comportamento moral e civil, e para a sua manutenção é exigido também o bom comportamento escolar dos interessados.

### Vende-se na ADFA

## MEDALHA COMEMORATIVA DO 9.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Encontra-se á venda na Sede da ADFA a medalha alusiva ao convívio dos militares para assinalar o 9.º aniversário do 25 de Abril.

No 9.º aniversário da ADFA foram já vendidas algumas unidades desta medalha, estando agora as restantes à disposição dos sócios na Sede da Associação, podendo também ser obtidas através das delegações.

## CONGRESSO DE DEFICIENTES NA AMADORA

Reivindicar o estatuto de Parceiro Social a fim de ter acesso aos órgãos de Comunicação Social é um dos principais objectivos do II Congresso de Deficientes realizado pela UCNOD, na Amadora, no passado fim de semana.

O Presidente da República, fez-se representar por Vítor Manuel Lopes. Estiveram presentes ainda neste Congresso como convidados, Bobela da Mota, Secretário Nacional de Reabilitação, representantes dos grupos parlamentares do PCP e do MDP-CDE, da Associação 25 de Abril e várias organizações sindicais.

O Congresso teve a sua abertura no dia 22 de Outubro. Estavam presentes cerca de 650 delegados representando mais de trinta as-

sociaçãos e cooperativas de ensino de deficientes.

Durante os trabalhos foi lido um comunicado transcrito noutra local deste jornal emitido por várias associações, entre elas a ADFA, em que se demarcavam deste Congresso. O comunicado foi rejeitado por maioria.

Este Congresso teve em discussão um projecto que sofreu algumas modificações ainda antes de ser apresentado aos Delegados, nomeadamente no que concerne à definição dos objectivos da UCNOD. Na introdução, ponto 0.9, onde estava escrito: «lutará em conjunto com todas as Associações de e para deficientes, pela consolidação do regime democrático em Portugal saído do 25 de Abril de 1974, data gloriosa e histórica do nosso povo, que trouxe também aos deficientes portugueses perspectivas animadoras de uma maior justiça social». Passou a lêr-se: «e enquanto unidade congregadora de todos os deficientes portugueses, pautará a sua actuação por três grandes linhas»;

«Fomentar o Associativismo...»

— «Congregar em si todas as associações de e para deficientes...»

— «Orientar sempre a sua actuação com total isen-

ção político-partidária...»

Entre outras reivindicações apresentadas no projecto dos Documentos Base e num Caderno Reivindicativo em 50 Pontos, destacamos as exigências dum Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito; de campanhas de sensibilização; da criação do Instituto Nacional de Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais; de uma pensão mínima igual ao ordenado mínimo nacional; de medidas tendentes a dinamizar as instituições de Ensino e Educação Especial; da aplicação do Regulamento Geral de Edificações Urbanas; da reserva de uma quota especial na habitação social de casas para deficientes e que a taxa de juro seja idêntica à que é aplicada aos DFA; de aplicar a utilização dos minibus a outras áreas urbanas para além de Lisboa; de que sejam levadas a cabo acções de reabilitação reintegração social pelo SNR; da criação dum organismo na DGD que organize o desporto para deficientes, em substituição da reivindicação formulada no projecto, que apontava para o apoio à Federação de Desporto para Deficientes, em formação.

A UCNOD, ainda não legalizada, pensava fazer a respectiva escritura no passado dia 24 de Outubro.

## ADFA ENVIU SAUDAÇÃO A SAMORA MACHEL

A ADFA enviou um telegrama a Samora Machel, saudando o Presidente de Moçambique, durante a sua recente visita a Portugal.

No telegrama enviado, a Direcção da ADFA considera de grande oportunidade e importância a visita a Portugal do Presidente Samora Machel, referindo que a ADFA, membro da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, saúda na sua pessoa os antigos combatentes e vítimas de guerra de Moçambique, colocando-se à disposição para encetar relações de amizade e cooperação, no âmbito da paz e da reabilitação e integração social dos deficientes.

### CARTAS DOS LEITORES

#### MELHORIA DO «ELO»

#### CORRESPONDE AOS ANSEIOS DOS SÓCIOS

Coincidindo com a renovação do jornal «Elo» no seu último número, recebemos uma carta do sócio Ricardo Marques de Almeida, n.º 4101, na qual ele considerava importante que o jornal fosse impresso em «off-set», queixando-se das palavras que mal de percebiam. Também esperamos vir a poder melhorar a paginação e ilustrar muito mais o jornal, dada a melhoria das

possibilidades técnicas. Alguns erros ortográficos que refere, são antes tipográficos, pois correspondem a «gralhas» que se deixam passar ou que são mesmo inseridos após a revisão.

Esperamos que o sócio Ricardo Marques de Almeida tenha notado alguma melhoria no último número e ficamos abertos à colaboração e às sugestões de todos os leitores.

### OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA

EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE IMPRESSÃO, COMPOSIÇÃO E ENCADERNACÃO

R. Artilharia Um, UMP-Anexo  
Tel.: 65 35 93 — 1000 LISBOA

### ANUNCIE NO «ELO»

ESTE ESPAÇO PODE SER SEU.

O «ELO» É LIDO MENSALMENTE POR CERCA DE 15 000 PESSOAS

ANUNCIE NO «ELO»

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, TEL. 3621 67/8/9  
LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

23 DE NOVEMBRO DE 1983

# 9.º ANIVERSÁRIO DO «ELO»

19 NOV. — DESPORTO, EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA, MOSTRA FILUMINISTA / 23 NOV. — JANTAR DE CONVÍVIO

## PROGRAMA

SÁBADO, 19 DE NOVEMBRO

11.30	Futebol de Salão	ADFA Associação Portuguesa de Surdos	Pavilhão do Belenenses, Restelo
15.00	Corrida em Cadeira de rodas	Individual Equipas	Do Saldanha ao Rossio
10.00	Abertura da exposição fotográfica comemorativa do 9.º aniversário		SEDE Sala de convívio
16.30	Abertura e visita guiada à mostra de material Filuminista	Colaboração de vários Filuministas e fosforeiras portuguesas	SEDE Sala de entrada
17.00	Entrega de prémios		SEDE Sala de convívio
19.30	JANTAR DE CONVÍVIO	<b>DIA 23 DE NOVEMBRO</b>	SEDE Sala de refeições

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
DIRECTOR: EDUARDO L. CASACA

### DECRETO DAS ADMS FINALMENTE APLICADO NO EXÉRCITO

CONCLUSÕES DO 1.º CONGRESSO NACIONAL DA ADFA

Propriedade — Redacção — Direcção — ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Publicação de Independência Legal de 1. Domingo Total 24 21 07 11180 A

**Comemorar-se-á, no próximo dia 23 de Novembro, o 9.º Aniversário do «ELO».**  
**Como habitualmente, o programa constará de actividades desportivas, culturais, um jantar de convívio e um número especial do «ELO».**  
**A colaboração de sócios de todas as regiões do País, de outras associações de deficientes, assim como de muitos amigos e apoiantes do jornal, darão à palavra ELO o seu significado real, nestas jornadas que se pretendem o mais possível participadas.**  
**As inscrições para o jantar de convívio já se encontram abertas e podem ser dirigidas à Sede ou às Delegações, até ao próximo dia 18 de Novembro.**  
**No dia 19 de Novembro, pretende-se com as actividades desportivas chamar a atenção da população para a nossa problemática, sobretudo através da corrida em cadeiras de rodas. A «Mostra de Material Filuminista» será uma inovação, para alguns surpreendente, nas actividades culturais que temos realizado. Esta iniciativa pretende mostrar a evolução da fabricação dos fósforos, assim como o seu alto valor cultural na difusão de obras de arte, História, Arquitectura, Ciências Naturais, etc. Os nossos sócios colecionadores, poderão contactar para a Sede no caso de quererem expor colecções particulares. Estarão à venda colecções de fósforos no sábado, algumas delas a estrear.**  
**O bar estará aberto durante a tarde de sábado.**  
**Se pretendes um «ELO» mais activo, dinâmico, interveniente e verdadeiramente ligado aos teus problemas: comparece, participa, critica e colabora.**

**NOTA de ABERTURA EDITORIAL**

Este será o nosso simples contributo para a reconstrução do Portugal novo e justo que o verdadeiro Povo Português deseja.

**AQUI**

## EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

organizações de deficientes relativamente à realização do 2.º Congresso Nacional de Deficientes — promovido pela UCNOD, por entendermos não se poder aceitar passivamente aquilo que outros pensaram ser bom para nós mas que nós não escolhemos e, infelizmente, nem sequer discutimos.

Não adianta fazer crer à opinião pública que os deficientes estão unidos quando não foram acordadas as bases dessa unidade que se quer sólida, consciente e sem ambiguidades. Não adianta, por artes malabaristas, afinar tudo pelo mesmo diapasão quando «à pautas de música são diferentes».

A posição por nós assumida provocou alguns sobressaltos, sintoma evidente de que algo está errado e existe consciência deste facto.

Pensamos que chegou a hora de nos assumirmos na plenitude das nossas convicções e delas darmos conhecimento em primeiro lugar a todos os deficientes, para que, conscientemente, possam optar pela filosofia associativa que, como todos sabemos, afinal não é monocórdica.

Somos dos que defendemos uma filosofia associativa firme e consequente num figurino de independência político-partidária por entendermos ser esta a melhor maneira dos movimentos sociais se afirmarem na sua plenitude.

Compreendemos que, ao invés, outros preferiram movimentar-se nos espaços político-partidários, não vindo daí, por tal facto, mal ao mundo como soe dizer-se.

De resto, nada temos contra os partidos, antes pelo contrário, sendo muito difícil imaginar uma sociedade sem a sua existência, embora consideremos também outras realidades para além deles.

Ao defendermos a tese da independência político-partidária estamos a pensar que será muito difícil ou até mesmo impossível congregarmos todos os deficientes à volta dum projecto que pautar a sua actuação dentro da estratégia deste ou daquele partido, a não ser que se julgue que, contrariamente ao resto da sociedade em que se encontram inseridos, os deficientes portugueses tenham optado na sua esmagadora maioria por um único partido.

Esta é sem dúvida uma das grandes questões de fundo que urge encarar de frente e que tem, até ao presente, impossibilitado, em termos reais, o arranque dum amplo movimento de deficientes em Portugal que se apresente, ao poder constituído, de mãos livres e representativo da grande força que representam em Portugal os cerca de um milhão de deficientes.

Pelo nosso lado, estamos dispostos a contribuir positivamente para a discussão pública de toda esta temática, não tendo falsos receios de aparecermos perante a opinião pública e os próprios governantes com posições contrárias.

«E só aceitaremos a política de «loco» ou de trincheira quando forem esgotadas todas as possibilidades de diálogo, por natureza não somos pessimistas, aliás não temos razões para o ser, já que sabemos não ser a UCNOD o «edifício bem alicerçado» que os seus mentores querem fazer crer, pois para tal teria sido necessário desencadear uma vasta discussão ao nível das organizações de e para deficientes e opinião pública em geral o que, infelizmente, nunca aconteceu, atendendo à maneira pouco participativa para não dizer anti-democrática das eleições de delegados ao denominado 2.º Congresso Nacional, como da sua divulgação junto da população, não falando já dos seus resultados, pois o tempo se encarregará de provar

que quando as bases não participam é letra morta o que as cúpulas decidiram.

Não poderemos descansar à sombra de «gigantes de pés de barro», teremos que aumentar a adesão e a militância dos deficientes em torno das suas organizações única via capaz de materializar a força latente que possuímos.

Do vasto universo de deficientes existentes em Portugal quantos estão organizados?... sem medo de errar e fazendo fé nas trinta organizações que a UCNOD divulgou como fazendo parte de 2.º Congresso, não representavam sequer metade do equivalente aos sócios da ADFA, para não falar já de associações que têm mais sócios de ditos normais do que deficientes.

Se pararmos um pouco e reflectirmos sobre a nossa verdadeira força, concluiremos que não poderemos continuar na «política de avestruz» e numa retrospectiva vejamos o que foi feito do SNR com a lei orgânica produzida pelo Secretário Nacional recentemente demitido e que as associações dirigentes da UCNOD paulatinamente aceitaram, não sentindo qualquer incómodo em voltarem a sentar-se no Conselho Nacional de Reabilitação como figuras decorativas, abdicando assim da total participação e igualdade que constituía um direito duramente conquistado pelos deficientes portugueses.

Talvez agora seja fácil reivindicar que o Secretariado Nacional de Reabilitação assumira os fins para que foi criado, mas na passagem do «deserto» só a ADFA se manteve coerente e firme quanto à posição assumida e que deu os seus frutos bem patentes com a recente nomeação do novo Secretário Nacional não pretendemos louros nem somos afeiços a auto elogios, é na prática que os homens e as organizações se afirmam e pelo nosso lado, esta tem sido a nossa escola.

## EM OUTUBRO — A SEMANA DO DESARMAMENTO

# A CORRIDA ÀS ARMAS PÕE EM CAUSA A SEGURANÇA MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO

**Procurando fornecer elementos aos nossos leitores que lhes possibilitem uma tomada de consciência sobre o problema do desarmamento e a causa da paz, e assinalando deste modo a passagem da semana do desarmamento, iniciada em 24 de Outubro, divulgamos hoje mais duas passagens do documento publicado pelas Nações Unidas *Os Homens ou as Armas? O Mundo tem de Escolher*.**

## MAIS ARMAS, MENOS SEGURANÇA

Mal extintas ainda as fogueiras da Segunda Guerra Mundial e já um grupo de países se lançava na construção ou aperfeiçoamento da bomba atômica. Em busca de segurança, queriam uma bomba maior e «melhor». E assim se iniciou a maior, mais perigosa e mais perdulária corrida aos armamentos da história da humanidade.

Jamais alguma corrida às armas colocara a raça humana em tão crítica situação. Jamais os estados tinham possuído meios para infligir aos outros tão grandes devastações. Jamais a capacidade destruidora de uma arma fora tão generalizada e tão imediata. Jamais os povos do mundo tinham tido de enfrentar uma real possibilidade de auto-destruição.

Hoje em dia, largamente animada pela competição entre as principais potências militares, a corrida aos armamentos atingiu proporções de loucura. O futuro da humanidade — mais, o de toda a vida sobre a face da terra — encontra-se ameaçado como nunca até agora.

O número de armas nucleares atinge as dezenas de milhares, com um poder explosivo total de um milhão de bombas de Hiroshima, o suficiente para destruir o mundo várias vezes.

O comércio mundial de armas não-nucleares (convencionais) atravessa uma fase florescente e muitas das nações mais pobres aumentam substancialmente as suas compras. Milhões de pessoas já foram mortas por armas convencionais em dezenas de conflitos, desde 1945.

Além do perigo extremo que representa para o mundo, o custo da corrida aos armamentos é colossal, como demonstram apenas os seguintes exemplos:

- Desde a Segunda Guerra Mundial, a corrida aos armamentos devorou mais de 6000 bilhões de dólares. Só em 1980, esse preço vertiginoso atingiu os 500 bilhões de dólares, nada menos que cerca de um milhão de dólares por minuto!

- Muitos dos países mais pobres do mundo entraram na corrida às armas. Alguns gastam tanto em equipamentos militares como na agricultura — e isto enquanto a produção de alimentos por pessoa diminui e há gente com fome.

- Em todo o mundo gasta-se mais dinheiro em actividades militares do que em educação, medicina, ou outro sector social.

Muitos dos principais problemas que hoje se colocam às nações do mundo — desenvolvimento, disparidades económicas, inflação, poluição, energia e matérias-primas, relações comerciais e tecnologia — são agravados pela corrida às armas e os progressos em domínios como a saúde, educação e habitação são reduzidos pelo desvio de recursos para fins militares. Só 5 por cento dos 500 bilhões de dólares gastos anualmente em armas chegaria para atingir a meta para auxílio oficial ao desenvolvimento estabelecida na Estratégia Internacional para a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1981-1990).

Os governos justificam a expansão dos programas militares argumentando ser isso essencial para a sua «defesa» ou para «manter a paz». No entanto, é precisamente a existência de tantas armas mortíferas no mundo, muitas delas prontas para atacar, que, juntamente com o incessante aumento e constante refinamento de armas de todos os géneros, constitui hoje a ameaça sem precedentes da auto-destruição da humanidade.

A existência de arsenais super-equipados leva ao exagero das tensões internacionais, agudiza conflitos locais, prejudica o processo de «détente», agrava diferenças entre alianças militares antagónicas e aumenta a sensação de insegurança entre todos os estados, mesmo os que não possuem

armas nucleares. Acima de tudo, a corrida aos armamentos faz crescer o risco duma guerra nuclear.

Vai longe o tempo em que a simples posse de enormes quantidades de armas, sobretudo nucleares, dava uma garantia de segurança. Pelo contrário, mais do que qualquer protecção, essa circunstância representa uma ameaça para o futuro da humanidade.

A segurança genuína só pode ser encontrada pondo de lado a força nas relações internacionais e caminhando para o desarmamento, num processo gradual que comece pela redução dos actuais níveis de armas. Para a nossa geração e para as seguintes, o início desse processo já tarda.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, correspondendo a uma «poderosa corrente de opinião» que se formara entre os governos de muitas nações, realizou em 1978 uma histórica sessão inteiramente dedicada à questão do desarmamento. A Assembleia Geral propôs então um amplo leque de medidas para melhorar a segurança de todos os países, em níveis de armamentos progressivamente mais baixos. Ao fazê-lo, apelou para a mobilização da opinião pública mundial a favor do desarmamento.

## QUANTO CUSTA A CORRIDA ÀS ARMAS

Enormes recursos — financeiros, materiais, tecnológicos e humanos, em corpos e cérebros — são desperdiçados para fins meramente destrutivos, quando podiam ser empregues para o progresso, em benefício dos povos de todo o mundo.

Os recursos actualmente esbanjados em armas podiam quebrar os grilhões da miséria, fome, ignorância e doença que atingem inúmeros milhões de seres humanos dos países mais pobres. Todos os anos, as actividades militares absorvem um volume de recursos igual a cerca de duas vezes o Produto Nacional Bruto conjunto dos países que constituem a metade mais pobre da população mundial.

A distorção das prioridades no mundo é bem ilustrada pelos seguintes exemplos:

- As despesas com a saúde (sem contar com a assistência médica particular) não representam mais que 60 por cento dos gastos militares.

- Os recursos destinados à investigação médica são apenas um quinto dos aplicados na investigação e desenvolvimento militares.

- Em 10 anos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) gastou 83 milhões de dólares para acabar com a varíola no mundo — esta importância não chegaria sequer para comprar um bombardeiro estratégico moderno.

- Os planos da OMS para acabar com a malária — uma das grandes causas de mortalidade no Terceiro Mundo — têm sido atrasados por falta de fundos. O montante em questão — 450 milhões de dólares — é menos de metade do que o mundo gasta por dia para fins militares.
- Do total das despesas mundiais em investigação e desenvolvimento, desde 1945, calcula-se que cerca de 40 por cento tenham sido gastos em objectivos militares ou com eles relacionados.

As actividades ligadas ao sector militar em todo o mundo continuam a empregar aproximadamente 60 milhões de pessoas. Cerca de 25 por cento dos recursos humanos científicos

são absorvidos em trabalhos e investigações que se prendem com o sector militar. Os cientistas poderiam desenvolver os seus trabalhos de investigação sobre prementes problemas energéticos e ambientais do mundo industrializado, desenvolvendo métodos para obter alimentos e minerais a partir do oceano, estudando os perigos para a saúde decorrentes de condições ambientais ou procedendo a investigações e previsões meteorológicas. Poderiam igualmente desenvolver e aperfeiçoar métodos de purificação de água, aumentar o produto agrícola, alargar os sistemas de transportes e comunicações, providenciar cuidados de saúde e sanitários e aumentar o abastecimento de energia no Terceiro Mundo. Estes são apenas alguns dos prementes problemas com que se debate o mundo dos nossos dias. Se não forem resolvidos, poderão estar na origem de conflitos.

O sector militar consome enormes quantidades de matérias não renováveis tais como cobre, zinco, urânio e hidrocarbonetos líquidos que poderiam de outra forma ser utilizados para o necessário desenvolvimento económico e industrial. Nos Estados Unidos, o sector militar consome entre 700 a 750 milhões de barris de hidrocarbonetos líquidos por ano, ou seja aproximadamente 3,5 por cento do total do consumo mundial e isto sem incluir os produtos petrolíferos utilizados para produzir armas e equipamentos.

É pesadíssimo o fardo dos países em desenvolvimento apanhados na teia da corrida às armas. Os seus orçamentos, pequenos em comparação com os das nações industrializadas, absorvem uma porção cada vez maior dos limitados recursos disponíveis. Alguns dispõem em média o mesmo em actividades militares do que o que investem na produção agrícola — enquanto meio bilhão de pessoas continuam gravemente mal alimentadas, milhões vivem com dietas de subsistência, a produção de alimentos por pessoa diminui e a fome atinge

vastas áreas do mundo em desenvolvimento.

Citando estimativas do governo dos Estados Unidos, os peritos afirmam que um bilião de Dólares de despesas militares criaram 76 000 empregos, mas que se a mesma importância tivesse sido aplicada em reduções fiscais, o número de novos empregos teria sido 112 000.

## Desarmamento e desenvolvimento

O progresso no sentido do desarmamento libertaria recursos internos tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento e permitiria o seu reajustamento a objetivos de desenvolvimento.

O desarmamento aceleraria o crescimento económico na generalidade das nações do mundo. Os recursos libertados para o investimento criaram novos

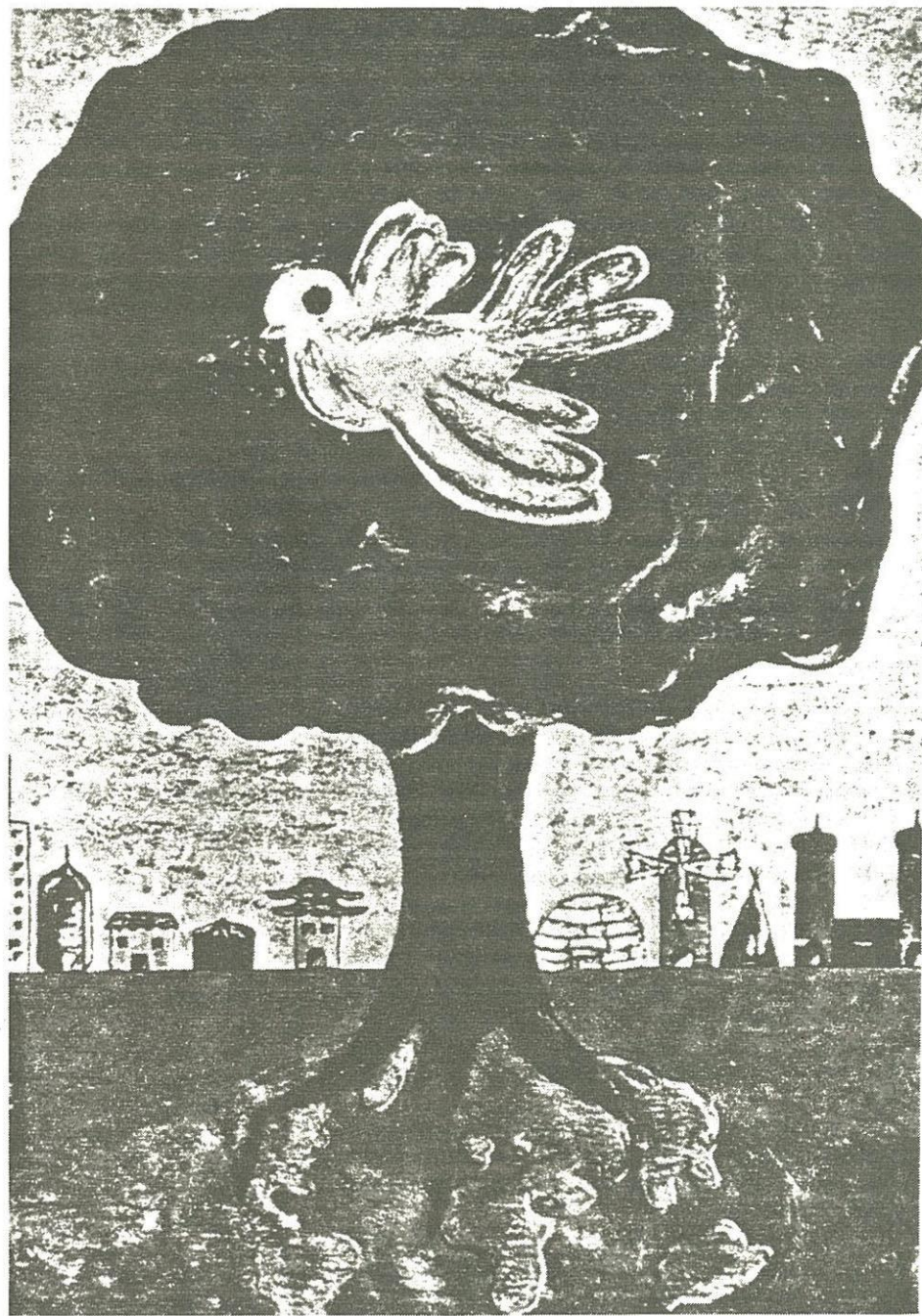
mais pobres do mundo. De resto, a relação que existe entre desarmamento e desenvolvimento tem de há muito vindo a ser apontada pelas Nações Unidas.

O desenvolvimento a um ritmo aceitável nunca poderá ser conciliável com a continuação da corrida às armas.

A corrida às armas tem, no entanto, outros custos menos óbvios. Gera tensões e suspeitas internacionais; prejudica o curso do comércio internacional, bloqueia o livre acesso aos mercados de crédito e às matérias primas necessárias para o desenvolvimento; atrasa o alargamento de novas técnicas civis aos países em desenvolvimento, sempre que essas técnicas possam ter possível utilização militar e cria alianças e esferas de influência política que evitam que o auxílio ao desenvolvimento chegue a países que dele necessitam desesperadamente. Esse auxílio,

pensão de um determinado programa de armas iria aumentar as fileiras dos desempregados, particularmente numa altura em que o desemprego é já de si elevado.

Mas um relatório elaborado em 1977 por um grupo de peritos nomeados pelas Nações Unidas veio mostrar que essa ideia é errada. «Os canais militares não são inigualáveis na sua potencialidade de criar empregos», dizem os peritos, que continuam: «Na verdade, enquanto as despesas militares obviamente conduzem à criação de empregos nas indústrias que abastecem as forças armadas, a cada vez maior componente de alta tecnologia envolvida nas despesas militares tem reduzido o seu potencial de criação directa ou indirecta de novos empregos. Hoje em dia, acumulam-se rapidamente as provas de que os orçamentos militares elevados, em lugar de aliviarem o conjunto do nível de



Desenho de Ana Maria, jovem de 12 anos, sobre o tema «A árvore da vida», publicado no Correio da Unesco de Fevereiro de 1983

empregos nos domínios da habitação, renovação urbanística, saúde, educação, agricultura, indústria, protecção do ambiente e outros domínios novos. Seriam necessárias medidas para assegurar uma redução suave e gradual das indústrias que deixassem de ser necessárias e a abertura de novos sectores, mas muitas indústrias que actualmente fornecem as forças armadas poderiam simplesmente transferir para o mercado civil os seus serviços e produtos.

Alguns dos recursos que o desarmamento permitiria libertar poderiam ser usados para o desenvolvimento das nações

quando disponível, é dado a países estrategicamente importantes por potências militares que assim procuram assegurar vantagens militares ou a sua influência regional.

Esse auxílio não é recebido pelos países mais pobres, uma vez que estes raramente possuem o necessário valor político-estratégico.

## Empregos e outros «benefícios» da corrida aos armamentos

Existe a ideia generalizada de que o desarmamento ou a sus-

desemprego, contribuem antes para o aumentar de forma substancial».

**NOTA DA REDACÇÃO:** Embora a publicação transcrita possa considerar-se actual, aproveitamos para dar a indicação ao leitor de que, conforme o relatório da Comissão para o Desarmamento da ONU, publicado em Abril de 1983, se calculam em 650 bilhões de dólares as despesas actuais de todos os países do mundo, por ano, cabendo aos países industrializados três quartos desse montante.

# DE 3 A 8 DE JUNHO DE 1984 EM PORTUGAL

## 15.º CONGRESSO MUNDIAL DA REHABILITATION INTERNATIONAL

### UM PAÍS QUE DESPREZA OS MAIS ELEMENTARES PRINCÍPIOS DA REABILITAÇÃO VAI GASTAR CERCA DE 200 MIL CONTOS NUM CONGRESSO ELITISTA

Vai realizar-se em Lisboa, de 3 a 8 de Junho do próximo ano, o 15.º Congresso Mundial da Rehabilitation International.

A cerca de 7 meses da sua realização, muito pouco se sabe deste congresso. A opinião pública ignora-o por completo e os deficientes, os mais directos interessados, não dispõem de dados que lhe permitam avaliar da sua oportunidade e importância. A ADFA sabe apenas que foi publicado um decreto-lei em Dezembro de 1982 a criar, no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, o Comissariado para o Congresso, presidido por «entidade de reconhecida competência na área da reabilitação». Soube-se depois que foi nomeado para esse cargo o cr. Villalobos. E sabe-se, essencialmente, que o Governo irá gastar cerca de 200 mil contos com a realização do congresso.

Da Rehabilitation International, organização promotora do congresso, também não se sabe muito. Tem-se conhecimento que vem realizando, de 4 em 4 anos, congressos mundiais, nos quais são tratados temas relacionados com a reabilitação, de interesse no seu aspecto técnico, mas bastante desgarrados dos próprios deficientes. São congressos de personalidades, onde os deficientes, especialmente quando estes são de países menos desenvolvidos, se sentem pouco à vontade. Pelos dados de que dispomos, visto irá verificar-se muito marcadamente com este congresso em Portugal.

Num momento em que, no nosso País, os governos se recusam a adoptar medidas elementares, para promover a integração social

dos deficientes, invocando falta de verbas, investir cerca de 200 mil contos neste congresso é um facto a que os próprios deficientes não podem ficar alheios. Não propriamente por se arvorarem em zeladores dos cofres do Estado, mas por se considerarem parte activa de um processo que lhes diz respeito — a reabilitação.

O tema do congresso afigura-se nos da maior oportunidade — Interações entre informação, sensibilização e compreensão para a integração dos deficientes na sociedade —, mas terá o seu tratamento uma difusão e impacto na opinião pública e nos deficientes portugueses que compensem as verbas gastas?

Não se pode deixar de realçar aqui uma grande contradição. O Governo que decidiu financiar a realização deste congresso em Portugal mais o seu Secretário Nacional de Reabilitação (cor. Villalobos), pareceu, assim, ter dado grande atenção à dinamização da problemática dos deficientes. Entretanto, esse mesmo governo e esse mesmo Secretário Nacional de Reabilitação com os meios de que para o efeito dispunham, a começar pelos órgãos de informação, não só nada fizeram para promover essa dinamização, como tudo fizeram para que ela não tivesse lugar.

Trata-se, efectivamente, de apoiar um congresso de fachada. A fachada do edifício de reabilitação que nós nem sequer temos e que urge construir. Trata-se de enganar a opinião pública e de iludir os deficientes de uma forma que ainda por cima não é barata.

A substituição do cor. Villalobos no Secretariado Na-

cional de Reabilitação deveria reflectir-se na realização do congresso. Isso não sucedeu, porque o Governo entendeu manter o antigo Secretário Nacional como presidente do Congresso. Assim, não restam dúvidas de que este encontro internacional manterá o seu carácter elitista, desgarrado dos deficientes portugueses, funcionando mais como visita turística (com tourada à antiga portuguesa no programa) de personalidades do que de jornada de trabalho com e para os deficientes.

Espera-se que, entretanto, o Secretariado Nacional de Reabilitação, agora com nova orientação, saiba, até à realização do Congresso, evidenciar bem as formas correctas de como devem ser pensados os problemas dos deficientes no nosso País, deixando assim clara a inoperância de encontros internacionais deste tipo em países como Portugal.

Nada nos move contra as

análises que os especialistas possam fazer e as conclusões a que possam chegar. Bem pelo contrário. Esperamos até que às mesmas seja, após o congresso, dada a devida divulgação e que sirvam de objecto de discussão entre os técnicos portugueses e os próprios deficientes em função da realidade que somos. Alguns temas, de entre os que irão ser tratados no congresso, serão bem oportunos numa discussão nacional, tais como «O factor cultural na integração», «As pessoas deficientes» como agentes das mudanças de atitudes, «O poder dos meios de comunicação para promover a integração» e «O direito de saber».

Em próximos números do «Elo» voltaremos a este assunto, já que, na sequência da obtenção de possíveis elementos de que ainda não dispõe, a ADFA poderá vir a tomar uma posição mais definida sobre a realização do congresso.



15th  
WORLD CONGRESS  
OF REHABILITATION  
INTERNATIONAL

JUNE 4/8, 1984  
INTERNATIONAL FAIR OF LISBON  
LISBON - PORTUGAL

## CARTÕES DA ADME ESTÃO A SER EMITIDOS ATRAVÉS DA ADFA

Conforme noticiámos no último número do «Elo», o Decreto-Lei n.º 434a/82, que torna extensivo aos deficientes das Forças Armadas e beneficiários de pensão de preço de sangue o regime de assistência médica na doença aos militares, está, finalmente, a ser aplicado no Exército.

Na sequência dos contactos estabelecidos entre a ADFA e os serviços centrais da ADME (Assistência na Doença aos Militares do Exército), a inscrição dos deficientes das Forças Armadas, pertencentes ao Exército e dos familiares dos militares que pertenceram também a este ramo das Forças Armadas pode ser feita através da ADFA. Assim, através Associação, foram já emitidas muitas de-

zenas de cartões, estando os seus titulares já aptos a beneficiarem deste regime de assistência.

É de todo o interesse, para os sócios, que façam a sua inscrição na ADME, devendo, para o efeito, dirigir-se à delegação a que pertencem, onde entregarão os elementos necessários para a organização de um processo que será, de seguida, enviado à sede, em Lisboa que, por seu turno, o entregará nos serviços da ADME.

Com o cartão das ADMs, os sócios podem dirigir-se directamente aos hospitais militares ou a consultas de médicos particulares. Neste último caso, beneficiarão de uma comparticipação no preço das consultas (actualmente até um máximo de 400\$00 por consulta). Essa

comparticipação é recebida no Conselho de Administração de qualquer unidade militar. Quanto às receitas, tanto de médicos militares como civis, podem ser aviaadas em qualquer farmácia, com o desconto de 75% no preço dos medicamentos.

Nas consultas dos hospitais militares relativas à deficiência, os deficientes devem fazer-se sempre acompanhar do cartão de deficiente, a fim de poderem beneficiar dos medicamentos totalmente gratuitos a que têm direito.

Ainda quanto à emissão dos cartões das ADMs, soube-se que na Armada terão surgido algumas dificuldades na aplicação do Decreto-Lei n.º 434-A/82. A ADFA interveio já junto do Estado Maior da Armada,

solicitando que este decreto se aplique na íntegra, com a emissão por conseguinte, do cartão da ADMA (Assistência na Doença aos Militares da Armada) para todos os deficientes das Forças Armadas pertencentes a este ramo e também para os familiares dos militares falecidos que a ele pertenceram.

EM CONDIÇÕES VANTAJOSAS

## SEGURO DE VIDA DE CRÉDITO À HABITAÇÃO PODE SER FEITO ATRAVÉS DA ADFA

Na sequência de contactos estabelecidos com a companhia de seguros «Fidelidade», a ADFA vai garantir aos sócios a realização, em condições vantajosas, dos seguros de vida de crédito à habitação. Val ser a própria associação a responsabilizar-se pela realização dos seguros através da modalidade do seguro de grupo.

Os sócios poderão recorrer a esta modalidade, mais económica, necessitando, para o efeito, de preencher alguns formalismos, pelo que os interessados deverão, desde já, dirigir-se à Direcção da Associação.

Este tipo de seguro (obrigatório para quem comprou ou pretende comprar habitação própria ao abrigo da legislação especial para deficientes) pode por conseguinte, ser feito agora nesta modalidade — grupo —, podendo também ser transferido quando já feito noutras companhias seguradoras. Neste último caso, a transferência interessará essencialmente os seguros recentes, já que têm um prémio mais elevado.

Quanto à forma de pagamento do prémio, feito na ADFA, a Associação está a tentar obter garantias da sua execução junto da Caixa Geral de Depósitos.

No próximo número do «Elo» serão dadas indicações mais pormenorizadas.

### COMPRA DE VIATURA PRÓPRIA

## FIXADO O LIMITE DE CILINDRADA PARA OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Conforme noticiado no último número do «Elo», na sequência da audiência concedida à Direcção da ADFA, no dia 21 de Julho, pelo Director Geral das Alfândegas, ficou estabelecido que se aplicaria aos deficientes das Forças Armadas, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, o regime de limite de cilindrada máximo, para a compra de viatura própria, previsto no Decreto-Lei n.º 235-D/83, ou seja, 1750 cm<sup>3</sup> para veículos a gasolina e 2.500 cm<sup>3</sup> para veículos a gasóleo.

Esta decisão do Director-Geral das Alfândegas, comunicada à Direcção da ADFA na referida audiência

terá deparado com alguns obstáculos, já que não se aplicou de imediato. Só depois de alguns contactos posteriores, que a Direcção da Associação efectuou com a Direcção Geral das Alfândegas, incluindo o próprio Director Geral, é que essa decisão passou a ter efeitos práticos. Efectivamente, sabe-se, neste momento, que as alfândegas receberam já instruções no sentido de despacharem os processos de importação de veículos dos deficientes das Forças Armadas, tendo em atenção o novo limite de cilindrada e não o anterior, que era apenas de 1600 cm<sup>3</sup>.

### REPRESENTAÇÕES DIVERSAS

**ACEITAMOS**

TELEFONE 226 09 22

**EXECUTAMOS**

**A SUA CONTABILIDADE**

TELEFONE 226 09 22

**TIRAGEM DESTA NÚMERO**

**8000 EXEMPLARES**

**ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS FOTOGRÁFICOS  
NA SECÇÃO DE FOTOGRAFIA DA ADFA  
REVELAÇÕES, AMPLIÇÕES E AMPLIAÇÕES  
MAIS BARATO E COM RAPIDEZ**

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, TEL. 362167/8/9  
LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

# ENTREVISTA DO SECRETÁRIO-GERAL DA FMAC AO ELO

## ● O FUTURO ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS

A entrevista concedida por SERGE WOURGAFT ao ELO permitiu-nos um contacto mais directo e pessoal com o Secretário-Geral da FMAC, contacto esse que esperamos transmitir ao leitor. Note-se entretanto que ao longo da entrevista SERGE WOURGAFT se assume sempre como Secretário-Geral da FMAC.

Depois de um dia de trabalho, e embora estejamos diante de um antigo resistente da Segunda Guerra Mundial, SERGE WOURGAFT não se apresenta fatigado, mas totalmente disponível para a nossa entrevista. A simpatia da sua figura torna o acolhimento que nos dá imediatamente familiar. A tarde quente do dia 14 de Setembro chega ao seu termo e este é o último dia da visita de SERGE WOURGAFT a Portugal.

Nesta entrevista tomam-se patentes a ausência de qualquer paternalismo da FMAC em relação às Associações filiadas e a diversidade e autonomia da FMAC. SERGE WOURGAFT mostra-se um homem atento às realidades do nosso tempo: note-se a importância reconhecida à opinião pública e a actualidade da sua mensagem final aos sócios da ADFA.

SERGE WOURGAFT nasceu em Odessa (Itália), tendo-se estabelecido em Paris há muito tempo. É licenciado em Direito e Economia.

Reincorporado no exército em Setembro de 1939, passou mais tarde a fazer parte da Resistência Francesa. Detido pela Gestapo em Outubro de 1943, foi deportado para o campo de concentração nazi de Buchenwald.

Passou a fazer parte da FMAC em 1957, onde assumiu sempre importantes cargos, tendo sido eleito Secretário-Geral em 1976.

Foi condecorado com a Legião de Honra e a Medalha da Resistência e a ordem de Cavaleiro de Mérito da República Italiana.



Serge Wourgaft ao ser entrevistado pelo nosso jornal

### EMPENHAMENTO LONGÍNQUO NA FMAC

**ELO** — O Senhor Secretário-Geral, dada a sua própria posição, encontra-se profundamente empenhado na FMAC. Como começou este empenhamento?

**SEC. GERAL** — É um empenhamento já muito longínquo. Deu-se simplesmente porque a acção da FMAC me interessava e me sentia atraído pelos problemas de comunicação. Antes de estar na FMAC eu desenvolvia relações públicas e sinto-me feliz na prestação deste serviço.

**ELO** — Qual é a Associação Nacional de que faz parte e através da qual se encontra na FMAC?

**SEC. GERAL** — Sou membro de uma associação de deportados da Resistência, pois lutei pela Resistência e fui deportado para os campos de concentração.

### EVITAR A TRAGÉDIA DA GUERRA

**ELO** — Pode falar-nos da experiência que o antigo combatente encontra em si mesmo e que o anima a contribuir para a construção de um mundo mais pacífico?

**SEC. GERAL** — Não posso responder por todos os antigos combatentes, provavelmente cada um tem experiências diferentes. Entre aqueles que conheceram a experiência da guerra há um laço a uni-los, pode ser simplesmente o partilhar de uma experiência comum. Entre os que fizeram a guerra, a primeira motivação é evitar que outros venham a passar o que eles conheceram, as chagas, os ferimentos de guerra. Trata-se de tirar a lição da experiência passada, de evitar que se cometam os mesmos erros e se caminhe para a mesma tragédia.

### ASSOCIAÇÕES DE DEFICIENTES DE GUERRA DINÂMICAS

**ELO** — Como é constituída a maior parte das Associações da FMAC?

**AEC. GERAL** — As associações são muito diferentes, conforme a estrutura do País, a história do País, o género de conflitos; há uma grande variedade de Associações. Por exemplo, nos países Anglo-Saxónicos, que seguiram o modelo britânico, estão filiados nas associações os antigos membros das forças armadas, quer tenham estado em combate e passado pelas hostilidades, quer tenham cumprido somente o serviço militar em tempo de paz. Na França, e noutros países que seguiram o modelo francês, para se ser antigo combatente é preciso ter um cartão passado em condições muito especiais. Em relação à primeira guerra mundial era necessário ter passado diversos meses na Frente de Combate, em relação à segunda guerra há também condições especiais e foram enunciadas condições igualmente quanto à guerra da Argélia.

**ELO** — Colocámos esta questão, pois a ADFA, como sabe, é constituída só por deficientes e gostávamos de saber o peso dos deficientes de guerra na FMAC?

**SEC. GERAL** — Há efectivamente associações especializadas em relação a certas deficiências, há por exemplo a Associação dos Invisíveis Militares nos Estados Unidos, de paraplégicos, de amputados. Ou então há a fórmula na qual uma grande associação tem secções para as diferentes deficiências, por exemplo a Associação dos Deficientes de Guerra, na América, associação muito importante, tem uma secção dos amputados de guerra, de cegos, etc., secções essas englobadas no conjunto da Associação.

**ELO** — A percentagem dos deficientes de guerra, membros da FMAC, não é conhecida?

**SEC. GERAL** — Não, não é conhecida. O que eu posso dizer, é que as associações de deficientes de guerra são muito dinâmicas, em parte porque têm problemas muito graves para resolver. Posso dizer também que há associações que têm deficientes de guerra e civis, como é o caso da Alemanha.

### DINAMISMO DA ADFA

**ELO** — Encarando as relações FMAC-ADFA, quais são as suas impressões gerais desta visita?

**SEC. GERAL** — Não posso fazer juízos profundos e definitivos, o que seria pretencioso com uma visita tão curta. O que eu mesmo referi às autoridades portuguesas e me impressionou na ADFA foi o seu dinamismo, a sua resolução, a sua vontade. É um facto que possui uma visão clara dos seus objectivos. Não se contenta em gerir o quotidiano, mas possui perspectivas e projectos para o futuro, sendo clara a falta de meios para atingir os seus objectivos. Para uma Associação que não tem senão nove anos de existência,

acho que desenvolveu um trabalho notável e isso permite pressagiar êxitos futuros. Encontrei dirigentes decididos a não se deixarem vencer pelos obstáculos, sejam quais forem, e a atingirem as metas propostas.

Tenho também a impressão, pelo modo como decorreu a visita e como foi preparada, que a ADFA goza de prestígio e respeito na opinião pública, procurando fazer-se conhecer e desenvolver as relações públicas e a sua imagem, o que é muito importantes.

### IMPORTANTE TROCAR EXPERIÊNCIAS E EVITAR OS ERROS COMETIDOS

**ELO** — Pode apontar alguns dos resultados práticos desta visita, seja em relação à ADFA, seja em relação à FMAC?

**SEC. GERAL** — Para a ADFA, é a ela que compete responder. Isso dependerá da maneira como aproveitar as conversações que tivemos e às audiências em que fomos recebidos. Pela nossa parte responderemos a todos os pedidos que, sem dúvida, a ADFA nos venha a dirigir. A nossa maneira de agir é sobretudo estabelecer uma troca de informações e permitir às nossas associações filiadas beneficiarem da experiência de umas e outras, sabermos o que se faz noutros países e como tenho dito a todas as autoridades que nos receberam, evitarem que se cometam os erros das outras, porque quando se avança cometem-se muitas vezes erros e ganha-se muito tempo evitando os erros cometidos, sabendo-se o que não convém fazer. Estes contactos serão estabelecidos e será muito importante que os representantes da ADFA participem em todas as reuniões da Federação, seja nas reuniões da Comissão Permanente para a Europa seja nas reuniões estatutárias do Conselho Geral e da Assembleia Geral, que se realizarão uma em 1984 e a outra em 1985, de maneira a conhecerem melhor a realidade da FMAC e a poderem trocar experiências com outros delegados, explicar os seus problemas, e discuti-los. Nas nossas reuniões o que se passa na sala de reuniões é tão importante como os contactos estabelecidos nos corredores.

### PAPEL DA ADFA JUNTO DOS NOVOS PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

**ELO** — Pensa que Portugal tem um papel especial a desempenhar na FMAC, através da ADFA?

**SEC. GERAL** — A ADFA é uma organização dinâmica e é muito bom ter a participação de organizações jovens e activas. Sabe que a orientação e os programas da FMAC são determinados pelas associações filiadas nas nossas Assembleias e reuniões estatutárias e aí a ADFA poderá submeter as suas ideias ou qualquer assunto que ela queira que seja tratado.

A ADFA poderá também, conforme nós discutimos, ter um papel importante para ajudar os antigos combatentes dos países de África de expressão portuguesa, onde existiram conflitos recentes, a organizarem-se de maneira a poderem agir para melhorarem a sua situação. Fiquei impressionado pelo desejo repetido de que a FMAC faça qualquer coisa neste sentido, e eu penso nomeadamente em Angola e Moçambique, e julgo que a ADFA nos poderá ajudar a estabelecer contactos com os antigos combatentes dos países de expressão portuguesa, no sentido que eu indiquei.

### PRINCÍPIO DA NÃO-INGERÊNCIA

**ELO** — Os deficientes de guerra portugueses continuam empenhados numa luta que está longe de chegar ao seu termo. A sua situação é muito insegura. A FMAC vai de algum modo interferir junto do governo Português para que sejam satisfeitas as suas reivindicações mais elementares, para obterem um estatuto semelhante ao das vítimas de guerra de outros países?

**SEC. GERAL** — Bem, há um primeiro ponto, a luta dos deficientes de guerra está longe do seu termo em qualquer lado e as suas reivindicações estão sempre longe de serem satisfeitas. Julgamos que as legislações sobre os antigos combatentes e vítimas de guerra não estão nunca completas, por duas razões essenciais, mesmo nos países mais evoluídos, por um lado há sempre inovação tecnológica e não há razão nenhuma para que os deficientes não beneficiem dos novos progressos tecnológicos, em segundo lugar há o problema do envelhecimento. Com este, novas questões se colocam, pelo que normalmente é necessário que em todos os países as organizações continuem a sua luta para que haja progressos na legislação, nos serviços sociais.

Quanto ao segundo ponto, como foquei junto das vossas autoridades, a FMAC tem como princípio fundamental não interferir nos assuntos internos de qualquer país, e é evidente que se o

fizéssemos, se começássemos a ditar aos governos o que deveriam fazer, encontrar-nos-íamos rapidamente numa situação difícil e inextricável, e isso não é possível nem seria aceite pelos governos. A nossa relação com os governos deve ser assegurada por intermédio das nossas associações, nos seus próprios países. Não fui eu que solicitei as audiências às altas personalidades portuguesas, foi a vossa Associação, e isso é normal e é sempre assim que se procede.

Como vos pode ajudar a FMAC? Fornecendo argumentos e informações, formando um «dossier» que poderão levar junto do vosso governo, mostrando o que é feito lá fora, qual é a experiência das outras associações, apresentando as posições e os documentos publicados pela FMAC. Por exemplo, no seguimento de conferências internacionais e de acordos bilaterais com os governos, publicámos os «Princípios Orientadores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra» que enunciam as principais medidas que devem ser tomadas nos diversos campos. Sei que algumas das nossas Associações, mesmo nos países com uma legislação mais evoluída, no Canadá e noutros lugares, levaram junto dos seus governos tal documento, confrontando o que é enunciado com o que estava feito. A FMAC não pode como tal interferir junto dos governos, salvo incentivando a tomada de medidas convenientes.

### VISITA CHAMOU AS ATENÇÕES SOBRE A ADFA

**ELO** — Apesar de tudo, pode apontar alguns resultados obtidos a partir das audiências com as autoridades portuguesas?

**SEC. GERAL** — É ser muito optimista pensar que uma conversa de meia hora com uma alta personalidade pode conduzir imediatamente à adopção de soluções. Primeiro, porque nunca uma alta personalidade governamental toma compromissos directos, dirá: «Sim, em princípio, eu vou estudar, vamos ver», o que é normal. Por mim não posso dizer que se tenham obtido resultados concretos, mas é à ADFA, mais uma vez que compete prosseguir e alargar os contactos. O que eu pude constatar, e em todo o caso as autoridades me comunicaram e expressaram, foi o interesse pela ADFA e a disposição de vos ajudar. Em relação às minhas viagens há sobretudo um reflexo a longo prazo. Como agora, na ocasião da minha visita os órgãos de informação estiveram presentes, falou-se da ADFA, da FMAC, as personalidades do Governo receberam-me, e isto desperta para as questões adormecidas, torna-as actuais.

### SENSIBILIZAR A OPINIÃO PÚBLICA PARA A PAZ

**ELO** — No que concerne à manutenção da paz, há actividades concretas que possam ser postas à ADFA pela FMAC?

**SEC. GERAL** — Há actividades concretas, certamente, pois se não as houvesse a nossa vontade e desejo de paz limitar-se-iam a declarações e votos piedosos. Aí ainda, as actividades concretas desenvolvem-se ao nível de cada país, pertence à ADFA fazer conhecer as posições assumidas pela FMAC e participar na elaboração de um certo número de documentos que é depois preciso dar a conhecer à opinião pública, para que esta venha a agir sobre os governos.

Falando em acções concretas, certamente não podemos criar companhias de capacete azuis e ir separar os beligerantes. Mas, quanto ao que fazemos, temos um Comité de Coordenação para o Desarmamento, representando quatro organizações internacionais de Antigos Combatentes, mais três além da FMAC, que organizou um grande Encontro em Roma sobre o desarmamento, em 1979, onde foi aprovada uma mensagem que enuncia os princípios e as modalidades que o desarmamento deve tomar, e tal mensagem foi largamente difundida entre os governos e lida nas Nações Unidas. Esta comissão vai-se reunir no próximo mês de Outubro para discutir os modos de acentuar a sua pressão e se organizar para participar na Conferência sobre o Desarmamento e a Segurança, que terá lugar no próximo ano na Hungria, isto ao nível dos Antigos Combatentes.

Pode-se dizer, entretanto, que temos feito todas estas acções, que houve o encontro, mas a corrida aos armamentos acelera-se e não se detém. Era esquecer a complexidade do problema, julgar que só por nós se poderia resolver este problema. Obtivemos contudo um primeiro resultado, que foi a sensibilização da opinião pública. É que as questões do desarmamento estão hoje na ordem do dia, quando há quatro anos isso era uma questão reservada só a especialistas. Tal não se deve só a nós, mas também a outras

## COR. VILLALOBOS FOI DEMITIDO

## BOBELA MOTA É O NOVO SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

Por despacho do Ministro de Estado, dr. Almeida Santos, publicado no Diário da República de 12 de Outubro, o cor. Villalobos foi exonerado do cargo de Secretário Nacional de Reabilitação. No mesmo Diário da República, um outro despacho nomeia o inspector técnico superior António José de Macedo Bobela Mota novo Secretário Nacional de Reabilitação.

A tomada de posse, conferida pelo Ministro de Estado, teve lugar no dia 17 de Outubro na Presidência do Conselho de Ministros.

Estiveram presentes no acto de posse o Presidente da Assembleia da República, alguns Ministros, representantes de Associações de deficientes, técnicos do Secretariado Nacional de Reabilitação e outras pessoas ligadas à reabilitação. Assistiram também ao acto de posse a dr.ª Maria João Vasconcelos, que foi a primeira pessoa a desempenhar as funções de Secretário Nacional de Reabilitação, em 1978, e o Secretário Nacional cessante, cor. Villalobos. Salientamos ainda a presença do ten. cor. Costa Brás, um militar do 25 de Abril, Ministro em mais que um governo e actualmente exercendo as funções de alta autoridade anti-corrupção, que sempre manifestou uma especial atenção pela causa dos deficientes.

A sala da Presidência do Conselho de Ministros foi pequena para os participantes nesta cerimónia pública, o que revela, desde logo, que a nomeação do Secretário Nacional de Reabilitação encerra um outro significado que a posse de um Director Geral de qualquer outro departamento do Estado.

Com a tomada de posse do novo Secretário Nacional de Reabilitação, entra-se, assim, numa nova fase do Secretariado, devolvendo-se a este importante organismo a dinâmica que caracterizou o seu arranque em 1978.

Dada a desastrosa orientação que vinha sendo imprimida ao Secretariado pelo cor. Villalobos, esperava-se, em nome da coerência, conforme referimos no último número do «Elo», que, logo após a tomada de posse do actual Governo, o Secretário Nacional de Reabilitação fosse substituído.

A não demissão do cor. Villalobos, passados mais de três meses começou a ser preocupante, tendo a ADFA reagido energeticamente quando se apercebeu que poderia mesmo ser confirmado no cargo. A carta enviada pela Associação ao Primeiro-Ministro, a que nos referimos no último número do «Elo», terá sido bastante importante para que a substituição agora verificada tivesse acontecido.

A forma como o acto de posse decorreu atesta, só por si, que a função do Secretário Nacional de Reabili-

tação não se circunscreve à orientação burocrática de um serviço público. Tem antes a ver com uma realidade social viva, imbuída de uma dinâmica imparável, que envolve essencialmente os deficientes, mas de que fazem também parte os trabalhadores da reabilitação, que conta com uma bastante grande receptividade da opinião pública, se reflecte nas forças políticas e dela o poder já não pode alhear-se.

Essa dinâmica espera agora do novo Secretário Nacional de Reabilitação um grande impulsionamento. Impulsionamento necessário e urgente, depois da apatia e paralisia a todos os níveis verificadas ultimamente, em muito da responsabilidade do cor. Villalobos.

A avaliar pelo discurso do inspector Bobela Mota, na sua tomada de posse, que a seguir publicamos, abrir-se-ão perspectivas favoráveis. Espera-se que às declarações de intenções se sigam as acções, algumas delas, aliás, claramente anunciadas, nomeadamente a alteração da lei orgânica do Secretariado, de molde a dar-lhe uma implanta-

ção mais nacional e a permitir que as Associações de deficientes «retomem o lugar que lhes compete na orientação e definição da política de reabilitação».

Parece, assim, existirem condições para o desfecho favorável de uma luta em que a ADFA se empenhou e em que nem sempre, infelizmente, foi secundada pelas outras Associações de deficientes. Desde a alteração da orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, levada a efeito pelo cor. Villalobos, fazendo deste importante e avançado organismo um objecto de exclusivo uso pessoal, que a ADFA deixou de participar no Conselho Nacional de Reabilitação, negando-se a dar cobertura ao afastamento, de facto, dos deficientes dos centros de decisão da reabilitação. Paralelamente, a ADFA orientou a sua acção no sentido de evidenciar o grave retrocesso que constituía a anulação dos poderes deliberativos do Conselho Nacional de Reabilitação e a não audição das Associações de deficientes na nomeação do Secretário Nacional de Reabilitação.

## DISCURSO DO SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

- Retomar a orientação e filosofia do decreto-lei que criou o Secretariado.
- Dotar o Secretariado de uma nova estrutura orgânica, que lhe permita uma acção descentralizadora.
- Envidar esforços para que as Associações de deficientes retomem o lugar que lhes compete na orientação e definição da política de reabilitação.

Depois de o sr. Ministro de Estado ter dirigido algumas palavras sobre o acto de posse, salientando o empenhamento do Governo, dentro das «deficiências» financeiras, na resolução dos problemas dos deficientes portugueses, o inspector Bobela Mota leu para os presentes um discurso a que já largamente fizemos referência e que a seguir reproduzimos na íntegra.

**Cumprimento a V. Ex.ª, Senhor Ministro de Estado, as palavras de circunstância que se dignou dirigir-me e que constituem, além do mais, um autêntico estímulo das minhas capacidades, para não desmerecer a confiança em mim depositada.**

**Tenho, no entanto, Senhor Ministro, a consciência de que essa confiança advém, muito especialmente, do respeito que merece ao Senhor Primeiro Ministro e a V. Ex.ª, a opinião dos Camaradas que comigo têm colaborado e**

**que concluíram que eu teria o perfil adequado ao desempenho deste difícil trabalho, pelo que resolveram sugerir o meu nome, para ocupar este Cargo.**

**Aceito-o, com sacrifício dos meus interesses pessoais, por imperativo, também eu, do respeito que me merece, não só a Missão de que vou ser incumbido, mas também a vontade desses mesmos Camaradas.**

**Estou consciente da responsabilidade que assumo e das dificuldades que vou encontrar.**

**Porém, por formação, nunca me eximi a responsabilidades, e tenho encontrado, felizmente, durante toda a minha vida de funcionário, as formas de ultrapassar as dificuldades que se me depararam.**

**O mundo da Reabilitação é complexo, contínuo e sob muitos aspectos indefinido.**

Outras Associações de deficientes, de quem se esperava igual comportamento, contribuíram para manter e reforçar a posição do cor. Villalobos na sua acção anti-deficientes e anti-reabilitação.

Em nome da coerência, o cor. Villalobos foi afastado do cargo, contando-se agora com um Secretário Nacional que revela enquadrar-se na perspectiva dos próprios deficientes quanto à orientação da reabilitação. Faltam, contudo, os actos. Esses pertencem ao futuro. Não podem, por conseguinte ser ainda, aqui, avaliados. Será em função deles que a ADFA, em cada momento emitirá a sua opinião. A ADFA poderá assumir posições críticas e até denunciadoras, mas será sempre, aqui se garante já, participativa. As portas da participação, agora abertas (cumprindo-se finalmente o lema do ASID), serão transportadas pela ADFA com determinação e vontade de construir, já que só a partir da participação efectiva dos deficientes no equacionamento dos seus problemas serão encontradas as formas de solução adequadas.

O estudo dos seus múltiplos problemas terá de passar por um correcto planeamento que, obviamente, tem de ser formulado em face de realidades concretas.

Para o efeito, julgo que temos de encontrar resposta às seguintes questões:

quem são?... Quantos são?... Onde estão?...?

Em nosso entender, só de posse destes dados se poderá, com rigor, tomar as medidas necessárias e desencadear as acções adequadas e socialmente justas, para que a acção do Secretariado Nacional de Reabilitação sirva o universo dos deficientes portugueses.

O problema da Reabilitação em Portugal, em nossa opinião, foi, de facto, frontalmente encarado pelo Primeiro Governo Constitucional, consubstanciado na publicação do Decreto-Lei n.º 346/77, que, criando o Secretariado Nacional de Reabilitação, abriu as portas à modificação do posicionamento da nossa sociedade e particularmente da Administração Pública, perante esta realidade.

Para isso, muito contribuiu a acção e a luta da Associação de Deficientes das Forças Armadas e da Associa-

ção Portuguesa de Deficientes.

É pois de inteira justiça que se faça esta referência, uma vez que muito ainda há a esperar da experiência e espírito associativo destas duas Associações e de outras Instituições de Deficientes ou constituídas por iniciativa de pais de criança e jovens deficientes, na defesa dos direitos dos seus associados.

Uma palavra também para a primeira Secretária Nacional de Reabilitação, Dr.ª Maria João Allen de Vasconcelos, à qual rendo a minha homenagem e manifesto a minha admiração pelo dinamismo e coragem que emprestou à criação e arranque deste Secretariado Nacional e pela sua entrega total à causa dos deficientes em Portugal.

Procuraremos, agora, nortear a nossa acção no sentido de retomar a orientação e filosofia do citado Decreto-Lei, que, talvez por razões conjurais, sofreu alguns desvios. Para o efeito será necessário dotar o Secretariado Nacional de Reabilitação de uma nova estrutura orgânica, que lhe permita, com o indispensável apoio do Governo, uma acção descentralizada, facultando-lhe os necessários meios de articulação com o Poder Local.

Envidaremos, também, os nossos esforços,

## A ADFA ESTÁ EM CONTACTO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL

Na sequência da audiência concedida no passado dia 22 de Setembro pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, a Direcção da ADFA tem mantido contactos com esta Secretaria de Estado, esperando-se para breve um encontro com o chefe do gabinete do sr. Secretário de Estado para tratar das questões específicas que foram abordadas durante a audiência.

As questões legislativas (algumas já equacionadas) deverão ser tratadas neste encontro, esperando-se que o governo através do Ministério da Defesa Nacional, encare agora favoravelmente as reivindicações elementares que a ADFA desde há muito vem apresentando.

## A ADFA SOLICITOU UMA AUDIÊNCIA AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A Direcção da ADFA vai ser recebida, no dia 25 de Outubro, pelo vereador do pelouro de deficientes da Câmara Municipal de Lisboa, por delegação do Presidente da Câmara, a quem a ADFA tinha solicitado uma audiência.

A Associação pretende obter apoio da Câmara para o arranjo do pátio exterior do Palácio da Independência e para a adaptação de instalações sanitárias para grandes deficientes, destinadas não só aos sócios da

para que as Associações de Deficientes e de Pais de Crianças ou Jovens Deficientes retomem o lugar que lhes compete na orientação e definição da Política de Reabilitação.

Com todas as Associações, existirá, doravante, um permanente diálogo, que desejamos franco, aberto e, muito especialmente realista. Não queremos terminar sem manifestar a nossa confiança nos colaboradores que vou ter.

Na realidade é reconhecido o nível técnico e profissional dos trabalhadores do Secretariado Nacional de Reabilitação, os quais podem contar comigo, como mais um companheiro de trabalho.

O funcionamento do Secretariado Nacional de Reabilitação só será possível se conseguirmos um clima laboral fraterno e democrático, em que cada um se sinta elemento participante e importante na actividade do Secretariado.

Por último quero enunciar as minhas homenagens ao Ex.º Senhor Coronel Villalobos, de quem hoje recebo este honroso testemunho e que se dignou abrilhantar com a sua presença este Acto de Posse.

A todos os amigos e camaradas que quiseram estar presentes o meu muito obrigado.

# ENTREVISTA DO SECRETÁRIO-GERAL DA FMAC AO ELO

(Continuação da pág. 6)

organizações internacionais não governamentais que fizeram com que houvesse um primeiro passo, uma tomada de consciência pela opinião pública, faltando um segundo passo: a redução efectiva dos armamentos. É isso que é preciso prosseguir. Não procuramos determinar a responsabilidade deste ou daquele responsável por esta situação. Não o fazemos por duas razões: é muito difícil ser-se objectivo, sobretudo para uma organização não governamental como a nossa com os meios que possui, na determinação de quem tem e de quem não tem razão, sendo dado que cada um diz que tem razão e que o outro está errado; como temos organizações diferentes de cada país, cada uma dirá que a *vossa interpretação é falsa*; tecnicamente e praticamente tal objectividade não é possível.

Mesmo que o fosse, depois de determinar os responsáveis que havia a fazer? Que se ganhava com isso?

O que é importante é preconizar medidas, mostrar o caminho.

## ENCONTRAR PONTOS DE CONVERGÊNCIA

Sobre os mecanismos da nossa actuação, eles são complexos, mas uma vez que as nossas associações desenvolvem um papel activo nos seus países, elas tomam as posições da FMAC junto dos seus governos. O difícil é encontrar pontos de convergência, evitando que se situem a um nível tão baixo como o de as pessoas dizerem que querem a paz, que todos sejam felizes. Isso é fácil de fazer, mas não é grande coisa. É preciso não só analisar as questões mais difíceis, mas também que as posições que adoptemos sejam aceites profundamente pelas associações de modo a que as possam defender nos seus países e se façam progressos. De outro modo, se se tomam posições muito vincadas, extremas, isso vai satisfazer uma parte das pessoas, mas não as outras, e se estas as querem defender nos seus países, serão classificadas de maus cidadãos, de traidores.

A nossa abstenção tem sido mais eficaz, é desta maneira que actuamos, o que não é sempre fácil, mas quando a ADFA estiver presente nas nossas reuniões verá que verdadeiramente todos os pontos de vista são expressos. Nós temos países beligerantes do Próximo Oriente, as suas associações vieram à nossa última Assembleia Geral e discutiram os seus pontos de vista. Uma discussão que não foi fácil, mas finalmente chegou-se à adopção de uma posição comum final, que foi aceite pela maior parte com algumas abstenções, mas sem nenhum voto contra e foi uma resolução que ia ao fundo da questão. Os nossos associados vêm com as suas posições, com os seus sentimentos muito fortes, mas estão dispostos a discutir as suas posições e a ouvir as outras, procurando o consenso.

As nossas acções concretas são estas. O que a ADFA pode fazer, é mais uma vez o vosso problema, pertence-vos ver como no vosso país, dadas as vossas circunstâncias, poderão actuar e tomar as posições da FMAC.

## A FMAC E O CONSELHO MUNDIAL PARA A PAZ

**ELO** — A ADFA tem sido solicitada muitas vezes para participar em acções promovidas pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação. Qual tem sido a relação da FMAC com o Conselho Mundial para a Paz e quais as orientações para a ADFA neste domínio?

**SEC. GERAL** — Trata-se de um assunto da ADFA no que diz respeito ao Conselho Português para a Paz e Cooperação. O que posso dizer é que a FMAC e o Conselho Mundial para a Paz têm participado em acções comuns e tomado posições conjuntas,

quando as posições do C.M.P. são aceitáveis por nós. Mas, conforme já disse, o C.M.P. tem uma estrutura, uma composição, objectivos, métodos muito diferentes dos nossos.

A FMAC tem estabelecido acções comuns com o C.M.P. dentro da cooperação com outras organizações não governamentais, havendo em particular uma comissão das O.N.G. (Organizações Não-Governamentais) para o Desarmamento que inclui, além da FMAC e do C.M.P., a Federação Mundial da Juventude Democrática, o Movimento «Pax Christi» e outras organizações internacionais. Eu sou o Presidente do Secretariado desta comissão. No seio desta comissão, tomamos posições comuns, por exemplo, no fim deste mês vai haver em Genebra uma consulta das O.N.G. sobre a prevenção da guerra nuclear e sobre a participação das O.N.G. na Conferência Mundial para o Desarmamento.

Não temos tido assim colaborações especificamente bilaterais com o C.M.P., mas uma colaboração no seio de comissões multilaterais. Colaborámos, por exemplo, na preparação da intervenção das O.N.G. na Sessão Especial das Nações Unidas sobre o Desarmamento. O Presidente do Conselho Mundial para a Paz é o vice-presidente desta comissão, da qual eu mesmo sou o Presidente.



Serge Wourgaft durante a reunião de trabalho com os órgãos sociais da ADFA

## RELAÇÕES DA FMAC COM OS PAÍSES DO LESTE

**ELO** — Fazendo parte da FMAC associações de 52 países, registamos entretanto a ausência de bastantes países, sobretudo dos países de Leste. Há razões especiais para essa ausência?

**SEC. GERAL** — Poderia dizer-lhe que a resposta cabe a eles. No que nos diz respeito, fizemos todos os esforços nos últimos anos, temo-los incitado a que se juntem a nós e já tive diversos encontros com o Comité Soviético dos Antigos Combatentes. É a eles que cabe tal decisão. Mas posso dizer que cooperamos estreitamente com eles, precisamente sobre as questões do desarmamento, no seio do Comité de Coordenação para o Desarmamento onde através da FIR (Federação Internacional dos

Resistentes) estão compreendidas todas as associações dos países do Leste, da Polónia, da Hungria, da Jugoslávia, da RDA, etc., tendo havido uma reunião em Genebra, no ano passado.

## INDIVIDUALIDADE PRÓPRIA DA FMAC

**ELO** — Dada a existência da Confederação Europeia dos Antigos Combatentes (CEAC) da Confederação Internacional dos Antigos Prisioneiros (CIAP) e da Federação Internacional dos Resistentes (FIR), qual é a individualidade própria da FMAC?

**SEC. GERAL** — Há uma diferença que salta aos olhos, destas quatro organizações a FMAC é a única que é verdadeiramente mundial. A FIR é europeia, a CIAP é praticamente europeia com a excepção de Israel e a CEAC, como o nome diz é também europeia. A segunda característica é que a FMAC é uma organização muito mais heterogénea. Enquanto a FIR engloba antigos resistentes e a CIAP prisioneiros de guerra, nós temos resistentes, prisioneiros, antigos combatentes, elementos dos movimentos de libertação e independência, e esta amplitude geográfica e diversidade das associações implica métodos próprios e que as nossas preocupações sejam mundiais. Temos portanto a nossa própria composição, os nossos próprios princípios que não nos impedem de trabalhar em conjunto quando o acordo é possível.

## O PODER DA OPINIÃO PÚBLICA MENSAGEM AOS SÓCIOS DA ADFA

**ELO** — Para terminar, não lhe coloco propriamente uma questão. Entre as sequelas da guerra e a esperança da paz, quer deixar alguma mensagem pessoal aos sócios da ADFA?

**SEC. GERAL** — Não deixo propriamente uma mensagem, mas quero fazer uma constatação. Um dos fenómenos mais originais da nossa época é o poder cada vez mais importante da opinião pública. Para citar dois exemplos recentes, lembro que não foram razões militares que puseram fim à guerra da Argélia e do Vietname mas a pressão da opinião pública, note-se em todo o caso que se trata da opinião pública interna dos países que fazem a guerra: houve pressão da opinião pública francesa e pressão da opinião pública americana, porque de outro modo tratar-se-ia só de pressão externa.

Reconhecido este ponto sobre a opinião pública, todos nós enquanto cidadãos fazemos parte da opinião pública e enquanto antigos combatentes e deficientes de guerra os sócios da ADFA têm um papel importante a desempenhar na opinião pública do vosso país. Há uma acção a empreender. A mensagem que vos quero deixar é a seguinte: não importa que se seja pessimista ou optimista, acreditamos somente que nada está determinado, nada está decidido, o futuro dependerá do que se venha a fazer, do que venha a ser empreendido pelas opiniões públicas, pelos governos. Tudo dependerá da tomada de consciência dos perigos que corremos. Nesta hora, neste Setembro de 1983 é claro que a humanidade dispõe dos meios de se destruir completamente e é claro também que dispõe dos meios de prolongar a vida, de se desenvolver, de desenvolver os recursos e de, em primeiro lugar, estabelecer uma repartição mais equitativa dos recursos no mundo. Tecnologicamente não há nenhuma dificuldade, a dificuldade reside na falta de vontade política e à opinião pública cabe um papel importante para criar esta vontade política. Esta mensagem dirige-se a cada um de vós, a título individual e enquanto membros da associação; que cada um faça o que esteja ao seu alcance para criar esta vontade política. E esta mensagem dirige-se a cada um de vós, a todos os Governos, a todos os cidadãos. O nosso futuro está nas nossas mãos.

Luís Vale

# UMA NOVA LINGUAGEM PARA A DEFICIÊNCIA

A criação de uma atitude diferente da sociedade em relação aos deficientes e de uma nova consciência dos deficientes sobre si mesmos passa por uma mudança de mentalidades que tem de ser levada a cabo e desenvolvida. Tal mudança deve englobar mais do que uma reflexão sobre os problemas dos deficientes uma reflexão ampla sobre o homem e a sociedade. Porque mudar a mentalidade é mudar o pensamento e mudar o pensamento é alterar a linguagem, falamos hoje de uma nova linguagem para a deficiência.

Ao referir que é necessário criar uma linguagem nova para falar do

deficiente, não se quer dizer que se deva inventar uma nova terminologia e continuarmos com os mesmos (pre)conceitos, mas sim atribuirmos um novo significado às palavras pelas quais nos referimos à deficiência.

Ser deficiente não é ser inferior a ninguém. Inúmeras pessoas rotuladas de «incapacitadas» escondem uma riqueza humana incalculável, possuem imensas potencialidades por desenvolver. Quantos cegos não há que sabem ver melhor o que se passa pelo mundo do que outros que até julgam ter os olhos bem abertos?

Ser deficiente pode não ser uma fatalidade

natural ou divina, mas simplesmente um condicionalismo social que se abate sobre determinado indivíduo. Muitas vezes é-se deficiente e pelas mesmas razões que outras pessoas são analfabetas. E ser analfabeto não é também ser deficiente? Não tem o povo razão quando diz que «quem não sabe ler é como quem não vê»?

Ser deficiente não é ser anormal, porque, se olharmos bem e aplicarmos correctamente o conceito de deficiente, vemos então que ninguém é auto-suficiente, todos precisamos uns dos outros. O deficiente é aquele que necessita de pouco mais dos outros ou

de estruturas sociais que não existem. O problema da deficiência não se restringe apenas a alguns membros da sociedade, mas é de toda a sociedade, porque cada um de nós é candidato à deficiência.

É a própria sociedade actual que se encontra deficiente e que alimenta as fontes da deficiência. Quanto se gasta na promoção de bebidas alcoólicas em comparação com os gastos na prevenção do alcoolismo, quando as formas crónicas de alcoolismo são a causa de 40 milhões de deficientes? Quanto se desperdiça na promoção do tabaco e não é aplicado

no antitabagismo ou no desenvolvimento da agricultura, quando a subnutrição constitui a nível mundial a fonte de 100 milhões de deficientes? Como classificar uma sociedade na qual o custo das pesquisas militares é quatro vezes superior ao das investigações médicas? São ínfimos os gastos com a reabilitação dos deficientes se os compararmos com os 450 biliões de dólares gastos em despesas militares, sendo os conflitos militares causa de número elevado de deficientes. Como é possível preferir a construção de um míssil à construção de 340 mil escolas primárias, ou à alimentação de 50 mi-

lhões de crianças subalimentadas?

Encontramo-nos perante uma sociedade deficiente quando «mais de 350 milhões de pessoas vivem sem a ajuda que necessitam para uma vida plena». E conforme refere ainda a Carta para os Anos 80, publicada pela Reabilitação Internacional, tais pessoas «vivem em todos os países, em todas as partes do mundo, mas de longe o maior número vive em áreas subdesenvolvidas. Aqui, a pobreza junta-se à deficiência para envenenar as esperanças e degradar a vida das crianças, dos adultos e das famílias». LUÍS VALE

Artigo reescrito e publicado originalmente em «Portugal Hoje», 4/12/81.



# PÁGINA CULTURAL

**DIA 17 DE DEZEMBRO**

**Poema**

## CONVÍVIO DE NATAL NA SEDE DA ADFA

As festas de Natal realizadas todos os anos nas delegações da ADFA constituem, sem dúvida, um dos pontos altos do convívio associativo alegrando, anualmente, umas largas centenas de crianças sendo para muitas delas, o único espaço de convívio cultural a que têm acesso.

Mais do que festejar o Natal, estes convívios constituem a expressão visível da integração sócio-familiar verificada ao nível dos nossos associados. Temos para nós que a grande adesão dos sócios a estes convívios de Natal são a manifestação inconsciente de que também, nesta área da integração, o deficiente venceu a barreira que a sociedade tentou impôr a todos nós.

A partir da experiência que, anualmente, recolhemos destes convívios podemos inferir da necessidade de serem encaradas outras formas de participação associativa alargadas ao conjunto dos nossos agregados familiares que contribuirão positivamente para o enriquecimento da nossa vivência militante no seio da ADFA.

A luz deste princípio, pretendemos já este ano, dar à Festa de Natal uma dimensão participativa diferente dos anos anteriores fugindo à tendência natural de encerrar os participantes nestes convívios, nomeadamente as crianças, como elementos passivos que durante algumas horas, encerrados numa sala escura, são mimosados com a desgraça da graça dos palhaços, e as canções apressadas que os cantores desta circunstância todos os anos lhe dedicam.

Iremos utilizar pela primeira vez o Palácio da Independência aproveitando as suas salas e espaços abertos para neles se desenrolar, na tarde de 17 de Dezembro, o convívio de Natal deste ano.

É natural que os nossos filhos conheçam mais de perto os locais onde conjuntamente trabalhamos e planeamos como ultrapassar as barreiras que se levantam à nossa plena inserção social.

Devido às condições por demais conhecidas de todos os sócios acerca do corte orçamental que sofremos este ano, não haverá distribuição de lembranças aos filhos dos sócios, como vem sendo hábito, todavia não queremos deixar perder o são convívio dos sócios e familiares para comemorar o Natal da ADFA, como atrás já foi salientado. Queremos, apesar de tudo, e, dentro das nossas limitações económicas, trazer os sócios e filhos a esta casa e para tanto está a ser elaborado um programa que de certeza irá interessar e chamar todos à participação. Como inovação, estará à disposição das crianças participantes um lanche com guloseimas numa das salas da Sede. Os sócios deverão inscrever os filhos até aos doze anos na secretaria da ADFA entre os dias 5 de Novembro, e 9 de Dezembro, para que possamos organizar o convívio.

Além deste lanche e durante o convívio serão distribuídos balões e actuarão um conjunto de música popular portuguesa (Grupo Contraste do C. P. Port.), um grupo de teatro — Associação Cultural de Surdos Mudos da Amadora, uma sessão de filmes infantis e uma parelha de palhaços que irá fazer as delícias da criança.

Queremos também que os filhos dos nossos sócios participem, podendo cantar, tocar qualquer instrumento musical ou dizer poesias. Para tanto terão de se inscrever no Departamento de Cultura Dinamização e Desporto, durante a parte da tarde das 15H00 às 19H00.

O nosso serviço de Bar estará aberto para receber todos os sócios, como mais um espaço de convívio durante a tarde do dia 17 de Dezembro a partir das 14 horas.

O programa detalhado e definitivo será publicado no próximo ELO.

Inscribe os teus filhos e vem à Sede da ADFA no dia 17 de Dezembro.

Puto

da vida!

Parida nos encontrões da esperança.

No jardim  
ou no esgoto  
da herança.

Na débil côdea do ensino.  
No traje solene e fino.  
No metro da esquina  
de mão estendida.

Traquina!...

O arco.  
A bola.  
O peão.

De brega.

Na corda que enrola os cornos da vida.

Lançado no chão.

Soergueu-SE...

Cresceu.

(Dos rebanhos do medo se extrai a lâ;  
na Câmara despudorada de tamanhos hábeis)

Ângelo Teixeira

## MOSTRA DE DESENHOS SOBRE O NATAL

O Departamento de Cultura Dinamização e Desporto da ADFA para que os filhos dos seus sócios possam participar mais activamente no convívio de Natal a realizar durante a tarde do dia 17 de Dezembro de 1983, na Sede, vai promover uma mostra de desenho sobre o Natal, executados pelos filhos dos sócios.

Em seguida é publicado o regulamento a que devem sujeitar-se os desenhos para que sejam aceites na referida mostra.

### REGULAMENTO:

1.º — Podem concorrer à mostra de desenho sobre o Natal-83 promovida pela ADFA todos os filhos dos sócios da ADFA até aos 12 anos de idade.

2.º — Os desenhos serão executados em papel modelo A-4 a cores ou a preto e branco.

3.º — O tema dos desenhos é obrigatoriamente o Natal ou ADFA.

4.º — Os originais dos desenhos ficarão a ser pertença da ADFA e poderão ser utilizados sempre que este departamento o julgue necessário sem que para isso seja necessária a prévia autorização dos autores.

5.º — Os desenhos terão que dar entrada no Departamento de Dinamização e Cultura — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — 1194 Lisboa Codex até ao dia 5 de Dezembro de 1983.

6.º — Os participantes te-

rão de preencher o boletim em anexo e colá-lo nas costas do desenho para que este seja considerado válido.

7.º — Os desenhos serão expostos numa sala da sede da ADFA no dia 17 de Dezembro durante o convívio de Natal.

8.º — Aos cinco desenhos considerados mais originais e mais bonitos, por um júri a nomear pelo Departamento de Cultura Dinamização e Desportos serão atribuídas lembranças.

## MOSTRA DE DESENHOS ADFA/NATAL-83

Nome do concorrente (em maiúsculas): .....

.....

..... Idade: .....

Número de sócio do pai: .....

Morada: .....

.....

..... Código postal: .....

Localidade: .....

.....

.....

Este boletim é recortado e colado nas costas do desenho

## QUEREMOS UMA VIDA! NÃO QUEREMOS UM ANO

Um conto de **ARNALDO AMARAL**

Eram sensivelmente 10 horas, naquela manhã primaveril. Estava sentado naquela cadeira de duas rodas, que iria fazer parte integrante do resto dos dias que me estavam destinados, neste mundo vil e hipócrita. Sobre as minhas pernas inertes, o jornal diário, como habitualmente me era fornecido, jazia incólume, não me despertando a curiosidade. O meu pensamento recuava no passado, trazendo-me imagens de uma juventude, e adolescência que, com avara alegria, gostava de recordar. Nada do que me rodeava, nem o parque com as suas árvores dispersas, em teia circundante, sobre o hospital em que me encontrava, nem o céu azul e límpido, nem os raios solares, que projectando-se iam criando figuras no solo, que se iam modificando sucessivamente, de acordo com o seu movimento e a minha imaginação. Nem a presença do ser humano uno, ou em bloco, conseguiram furtar-me à mínima recordação. Que eram minhas! Única e totalmente minhas! Nunca permitiria que as mutilassem, tal como ao meu corpo. Sentia-me bem! O meu corpo era invadido por uma felicidade esfusante, que esvoaçava no presente como um fugitivo, e embrenhava-se nos maravilhosos momentos do passado. O meu arquivo memorial iniciava então a sua laboração, os primeiros passos, o meu período infantil, a alegria dos primeiros dias escolares, os primeiros amigos, a evolução normal dos segundos, minutos, dias, semanas, anos, que se iam transformando na normal escalada hierárquica, da infantilidade à adolescência. Mas eu «Vivia!», ria-me da chuva, quando me batia violentamente no rosto, das rajadas de vento, que fortemente embatiam contra o meu peito, que destruíam o penteado, acabado de fazer, arrancando-me largas risadas, ao ver a minha silhueta na vitrine de uma mostra, de aspecto desgrenhado, respirava com toda a força dos órgãos que me compunham, como que querendo introduzir dentro de mim tudo o que a minha vista abrangia, os meus sentidos detectavam, o meu olfacto pressentia. Recordava-me agora do dia em que os cabelos pareciam não me quererem obedecer, à estética que lhes pretendia dar, o nó da gravata, por mais voltas que lhe desse, não conseguia satisfazer-me, mas tal não impedia que esse dia de maravilhosa pureza poética ficasse o mais recordado dessa minha tão curta adolescência. Sentia o meu arquivo memorial retroceder, lentamente, para o presente. Era bom! Porque relembrar momentos felizes, por vezes

deprime-nos ainda mais, quando os confrontamos com a realidade, entre a expansão que se estendia, perante o meu caminhar no mundo, e a restrição a que me via submetido no momento.

Manipulei a cadeira, lancei fora o jornal que estava sobre as minhas pernas, não volumosas e atléticas, como no passado, mas raquíticas e sem sensibilidade, que no momento me estavam ligadas ao resto do corpo. Sabia o que me estava destinado? Apenas o que no momento iria fazer! As minhas mãos já habituadas, impeliram as rodas na direcção única. Atravessei o jardim, entrei no edifício, percorri corredores, e entrei no quarto que me estava destinado. Era o meu último dia naquele estabelecimento hospitalar, que com todos os apetrechamentos, humanos e mecânicos, colocados ao meu dispor, no decorrer daqueles anos, tinham chegado ao limite das suas possibilidades, nada mais podendo proporcionar-me, tanto no aspecto físico como moral. O que me esperava? Para já, aquela mulher maravilhosa, que com tanto orgulho e felicidade, me trouxera nas suas entranhas e me projectara no mundo. Eu diria até que as palavras de orgulho e felicidade são de tão confrangedora futilidade, para todas aquelas «Mulheres-Mães» que geravam sim, mas com amor. Amor que não se limitava a ficar pelo simples acto mas sim a colocar-se a seu lado, na mesma via por onde ele haveria de caminhar, a dar-lhe parte das suas forças, para a luta, a aconselhá-lo, a mostrar-lhe os prós e os contras, do caminho que pretendia seguir. Neste momento em que, por certo, ela já me estava esperando, eu só me ocorre dizer-vos, benditas «Mulheres-Mães»!

Quando sabeis sê-lo. Olhei mais uma vez à minha volta, certifiquei-me de que tudo estava em ordem, nada ficara esquecido, e saí de novo para o corredor. Procurei alguns colegas mais íntimos, talvez para as últimas despedidas, as mesmas palavras tão repetidamente escutadas «Felicidades!» «Vais ver que te porás melhor, e seguirás em frente no teu destino». «Talvez arranjes algum borrachinho e venhas a formar a tua vida!» Tentei ser outro, abri-me em largos sorrisos, retribuí as felicidades que me eram dirigidas à mistura, para condizer com o momento, atirei-lhes algumas palavras de caserna apropriadas, quando noutros tempos, os diálogos eram mais verídicos, e a fraternidade não era palavra vã. Não servia para máscara, de pensamentos inversos. Adeus camaradas! Eu compreendo-vos, saúde e felicidade para vós. Decorridos longos meses após o meu regresso ao contacto daqueles objectos, daquelas paredes, que durante anos me obrigaram a abandonar, a satisfação

inicial foi-se desvanecendo, passando a observá-las, sobre o prisma de relíquias do passado, inclusive, a força interior que existia dentro de mim, para uma reentrada na sociedade, que me pertencia, foi-se diluindo, nas respostas sem nexos, que me eram opostas continuamente. Os raros amigos, que por vezes surgiam, transportando uma cadeira, e de seguida o corpo inerte, para a conjugação do elo, que era a minha vida, proporcionavam-me, sem o saber, os raros momentos de felicidade. Naquela mesa do café, esquecia as relíquias do passado, o modo brusco e violento como tinha sido acolhido «Seria um Pária»? Lia e relia o jornal, olhava pela mostra as passadas lentas ou vigorosas de seres humanos, na sua luta diária, num mundo que não era o meu. De súbito, pedi um bocadinho de papel, tirei a caneta e, nesse papel, começaram a surgir letras, que se iam transformando em palavras, tendo por ideal uma revolta? Um sonho? Mas algo dentro de mim, me impelia a continuar. Via aquele dia límpido e luminoso, em que a humanidade parou, olhou para nós com outros olhos, escutou as nossas palavras, compreendeu, enfim, que não mais poderia haver duas vias para o futuro. Estendeu-nos as suas mãos. «Não de caridade!»

Mas humanas como nós, e bem coladas, palma a palma gritamos em uníssono, o amanhã terá apenas uma única via. Não mais deixaremos, que alguém de entre nós se levante e grite a palavra «Pátria» seja em que país for, seja em que idioma proclamado, com interesses subjectivos. Ela é demasiado bela e poética, para que possa servir de arma. Todos os que habitamos este planeta, chamado Terra, passaremos a usá-la sim, mas como símbolo de paz, amor e fraternidade. Não mais permitiremos, que a tal segunda via, volte a reabrir. Porque isso é uma forma discriminatória.

Queremo-los sim. Mas a nosso lado, nas oficinas, nas fábricas, nos escritórios, nos locais que frequentamos no nosso tempo de lazer.

Continuará a ser um sonho? Continuará a ser uma dívida eterna que esperamos saldar? Os sonhos, muitas vezes se realizam! A dívida, será eterna? Esperamos que a humanidade, um dia, não muito distante exploda, como um botão de rosa, com outra mentalidade, com outro potencial de amar, que existe dentro de nós e nos surja, para de palmas coladas, abrímos novos caminhos, moldarmos um ou outro modo de vida, neste planeta que é NOSSO!

Nota da Redacção: Este conto de Arnaldo Amaral obteve o 3.º prémio dos Jogos Florais dos Bombeiros Voluntários do Paço de Arcos.

# VIDA ASSOCIATIVA

## DELEGAÇÃO DE VISEU

# CHEGAR AOS SÓCIOS ATRAVÉS DO JORNAL «ELO»

### Utilizar o «Elo»

Um dos objectivos do nosso Jornal é informar a massa associativa do que se vai passando na ADFA, quer a nível nacional, quer a nível regional ou local. As Delegações, em virtude dos magros orçamentos que lhes estão atribuídos e sem receitas próprias sensíveis, para além das que dizem respeito à quotização que até servem para reduzir esse próprio orçamento, considerando as medidas de austeridade a que não se podem furtar, deverão servir-se do Jornal «Elo» como forma de chegar junto dos sócios, moeadamente aos que lhes estão adstritos, informando da sua actividade e das iniciativas que entenderem encetar na prossecução da sua competência e dinâmica próprias. Desse modo, economizarão quantias consideráveis, o que a todos beneficiará.

Assim, salvo situações de carácter excepcional e devidamente justificadas, a Direcção da Delegação de Viseu irá recorrer com maior frequência às páginas do «ELO» na divulgação da sua actividade e informações. Para não ficarmos só nas palavras, começaremos hoje mesmo a marcar a nossa presença do «ELO» com os objectivos atrás enunciados.

### Reuniões da Direcção

Desde a sua posse que ocorreu a 15.JUN.83, tem reunido regularmente, uma vez por semana, às quartas-feiras, com início pelas 21 horas. Estas reuniões estão abertas à participação dos sócios. Participou ainda em duas reuniões com os restantes órgãos sociais da Delegação, respectivamente, a 10.AGO. e 23.SET.

### Serviços de apoio social

**SECRETARIA:** — Tem a secretaria pautado a sua acção na defesa dos interesses dos sócios e na satisfação positiva dos assuntos que lhes apresenta, com continuidade e competência profissional por um lado e, por outro, com elevada dedicação e militância associativa. A sua actividade tem sido intensa e, se não fora a colaboração preciosa e digna de um filho de um associado, certamente muitos assuntos não teriam o seguimento com a rapidez que sempre foi o lema desta Delegação. Com a redução do seu quadro de pessoal para dois trabalhadores e a manter-se essa situação, futuramente, os sócios poderão ser prejudicados, pois, a vazão do expediente será moroso. apenas como exemplo, podemos referir que já foram expedidos cerca de 2000 ofícios e registadas cerca de 1200 entradas de correspondência, Elaboraram-se 23 circulares, num total de mais de 5000 exemplares enviados aos sócios sobre assuntos diversos, tais como, convocatórias, aquisição de senhas de gasolina, assistência médica, festa de Natal. Obtiveram-se, neste ano, mais de 2500 contos em senhas de gasolina para dezenas de associados que utilizam os nossos serviços especialmente preparados para o efeito. Dezenas de inscrições de novos sócios, dezenas de revisões processuais, dezenas de cartões diversos, dezenas de requerimentos para vários fins, dezenas de processos para abono

de família e prestações complementares, cerca de 100 inscrições na ADME, desde fins do mês passado.

**CANTINA:** — Como é do conhecimento da maioria dos sócios, existe em Viseu, desde meados deste ano, uma cantina com venda, prioritariamente, de produtos alimentares, e, como complemento, produtos de várias ordens, desde toda a gama de electrodomésticos, móveis, até material de campismo. Todos esses artigos são colocados à disposição dos sócios a preços de armazenista, com uma pequena margem para encargos. O material de campismo pode ser adquirido praticamente ao preço de fábrica, como por exemplo, uma tenda de 3 quartos que custa 48.000\$00 no comércio geral poderá ser adquirida por nosso sócio por cerca de 38.000\$00. Temos um acordo com o Centro Comercial BARRÃO, em viseu, onde, todos os produtos expostos, poderão ser adquiridos pelos sócios, através de contacto prévio com a Delegação, a preços que podem atingir, 10, 15 ou 20% de desconto.

Dada a proximidade da quadra natalícia, onde não pode faltar o fiel amigo «BACALHAU», vamos colocar à disposição do sócio, bacalhau de tipo «grauído» e «especial», cujo preço é inferior em 30\$00 ou 40\$00 ao que se pratica no comércio. Os sócios interessados na sua aquisição devem contactar a Delegação a fim de procedermos à respectiva encomenda de acordo com os pedidos. Pensamos, no próximo ano, intensificar um pouco mais a dimensão da cantina.

### Senhas de gasolina

Como atrás já se referiu, há cerca de 6 anos que esta Delegação vem obtendo senhas de gasolina para dezenas de associados que, por razões da sua actividade profissional ou a distância a que se encontram da Unidade Militar mais próxima, recorrem aos nossos serviços evitando, assim, maiores encargos e desperdício de tempo no usufruto de um direito e que representa, em termos anuais, uma economia de cerca de três dezenas de contos, na maior parte dos casos. Desde os concelhos mais longínquos, como por exemplo: Tabuaço, Cinfães, Resende, S. João da Pesqueira, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Oliveira de Frades, etc., alguns deles a mais de cem quilómetros de distância, bem como dos concelhos mais próximos, incluindo o de Viseu, afluem mensalmente dezenas de requisições, numa média de cerca de 300 contos. Supomos que os sócios com viatura própria estarão todos a beneficiar dessa possibilidade, quer através da Delegação, quer directamente. De qualquer modo, estamos ao dispor para fornecer as informações necessárias àqueles que porventura não estejam a obter combustível da forma estabelecida para a rede militar ou venham a adquirir viatura própria pela primeira vez.

### Festa de Natal

Como os sócios já foram informados, a FESTA-CONVÍVIO DE NATAL, na sua edição de 1983, realiza-se a 17 de Dezembro. Na sequência de con-

tactos mantidos com a Câmara Municipal de Viseu, foi obtida a respectiva autorização do auditório da Feira de S. Mateus. Está também assente com o Restaurante da Feira de S. Mateus, o fornecimento do tradicional almoço de confraternização, cuja ementa e preço já foi anunciado, mas recordamos:

- Sopa, bacalhau no forno, sobremesa, vinhos (branco ou tinto) ou, como alternativa, cerveja, sumos, águas, etc. ao preço de 420\$00 a partir dos 10 (dez) anos, inclusive, e 180\$00 para crianças dos 4 aos 9 anos, também inclusive. A marcação dos almoços é até ao dia 2 de Dezembro, servindo a mesma data como limite de inscrição para distribuição de lembranças. Está em curso um sorteio que habilita a 10 prémios, entre os quais salientamos uma mobília de quarto, para casal, um frigorífico e uma bicicleta de corrida. Os sócios interessados em adquirir mais bilhetes podem contactar com a Delegação pois ainda restam alguns.

O espectáculo vai tendo os contornos finais. Desde já podemos adiantar que às 10 horas haverá a projecção de um filme, a que se seguirá o festival da canção infantil, que adiante explicaremos como vai ser.

Às 12h30m terá início o almoço. Pelas 14h00, terá lugar a extracção referente ao sorteio e, logo de imediato, a distribuição de lembranças às crianças. A encerrar, teremos a actuação do rancho infantil de Fatunços

— Vouzela, com danças, cantares e animação. Quanto ao festival da canção infantil a que atrás fizemos referência, é constituído pelos próprios filhos dos sócios, os quais deverão ser previamente inscritos até cinco dias antes da Festa, com indicação do nome, idade e canção que pretendem interpretar. Serão acompanhadas por um afamado organista da região — ALMIRO COSTA — e haverá brindes para todos os inscritos.

Só poderão inscrever-se para o Festival crianças até aos 12 (doze) anos de idade, inclusive. Portanto, os interessados podem ir treinando. Também se podem inscrever para interpretação de canções, a duo, trio ou coro. Se desejarem fazer uma pequena interpretação cômica, também isso será possível, bastando efectuar um contacto prévio com a Delegação até 5 dias antes da Festa.

### Funcionamento especial da Delegação

Todas as sextas-feiras (excepto se coincidirem com feriado) a Delegação estará a funcionar na sua plenitude, desde as 18 às 20 horas, bem como todos os primeiros sábados de cada mês, das 10 às 12 horas. Assim, para além de os sócios disporem das quartas-feiras para assistirem às reuniões da Direcção, poderão, nos dias atrás citados, deslocar-se à Delegação para tratamento de todos os assuntos relacionados com a sua condição de sócios, bem como para a aquisição de produtos na cantina. Ficam sem efeito os horários anteriormente indicados, quanto ao funcionamento da Delegação, para além do seu expediente normal.

## DELEGAÇÃO DE ÉVORA MANIFESTA RECONHECIMENTO

### PELA ACÇÃO DO PROFESSOR FRANCISCO CAEIRO TENDEIRO

# O SEU A SEU DONO

Modesto, sem formação especializada que não seja o curso do Magistério Primário, o professor destacado na delegação de Évora, tem honrado, além da sua profissão, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, pelos êxitos obtidos na actividade educativa e cultural.

Pela nossa sala de aulas, aberta a toda a gente, têm passado sócios que conseguiram a 4.ª classe, filhos de sócios para buscarem apoio às suas actividades escolares, deficientes mentais para aprendizagem das letras e números, pessoas comuns para a obtenção do diploma primário (e já se contam muitos), e até idosos que, por saberem da

paciência do professor TENDEIRO, aqui vêm demonstrar que ainda estão a tempo de aprender.

Não é nosso sócio o senhor professor, mas ombréia conosco na edificação de uma associação digna e útil.

Estamos gratos e quisemos fazer-lhe justiça, motivo por que enviámos ao Senhor Director Escolar o ofício que a seguir se transcreve:

«Vem, o senhor professor FRANCISCO CAEIRO TENDEIRO, desempenhando funções pedagógicas nesta delegação de Évora, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, onde se encontra destacado desde Janeiro de 1980.

A diversidade dos alunos que frequentam a nossa escola — adultos sem alfabetização, filhos de sócios para ocupação dos tempos livres, idosos para alfabetização e reciclagem, deficientes mentais e outros — não tem impedido, este docente, de conseguir excelentes resultados, que se traduzem em vários exames da 4.ª classe obtidos com mérito, num melhor aproveitamento escolar de crianças que, nas escolas que frequentam, tinham alguns insucessos por não serem acompanhados nos seus tempos livres, na aprendizagem, e, até aprovação no exame de 4.ª classe conseguida por alunos deficientes mentais, cujo comportamento social foi modificado para melhor, e ainda por ser o Senhor Professor muito estimado pela sua simpatia, carinho e dedicação que dispensa a todos quantos passam por esta sala de aulas.

Por tudo isto, entendeu esta Direcção expressar ao Senhor Professor o seu reconhecimento e realçar, junto de V. Ex. as qualidades e modéstia deste docente.

DA DELEGAÇÃO  
O PRESIDENTE  
José Luis Cavaco Pereira

## DELEGAÇÃO DE COIMBRA NATAL/83

A Delegação de Coimbra da ADFA irá realizar a habitual festa de Natal, dedicada especialmente às crianças filhas dos associados inscritos na Del. de Coimbra.

As inscrições deverão dar entrada na ADFA até ao dia 30 de Novembro, tendo as mesmas já seguido para casa de todos os associados.

Apesar das dificuldades económicas, iremos manter a tradição oferecendo brinquedos e balões a todas as crianças inscritas, pelo que apelamos a todos a s/ contribuição para que os nossos filhos tenham a festa que merecem.

Como sabem, a Del. terá de pagar o aluguer da sala e a deslocação de alguns artistas que irão participar na festa, para além de outras despesas inevitáveis.

A festa abrirá com um programa de variedades do qual constarão números musicais e recreativos. A iniciativa terá lugar no Centro de Recreio Popular do bairro de Norton de Matos e tem o início marcado para as 14 horas do dia 17 de Dezembro.

Estarão à venda livros de rifas que irão sortear os três prémios seguintes:

- 1 BICICLETA
- 1 MÁQUINA FOTOGRÁFICA
- 1 CANETA PARKER.

Não faltes camarada. Proporciona aos teus filhos uma tarde de são convívio com outras crianças.

A SECÇÃO DE DINAMIZAÇÃO

## FESTAS DE NATAL

### NOTA DA REDACÇÃO:

Para a publicação no próximo número do jornal «Elo» das datas e locais das festas de Natal das delegações, devem as mesmas enviar-nos os elementos informativos durante as primeiras semanas de Novembro.

## «ELO» ABERTO À PUBLICIDADE

À passagem do «ELO» para «off-set» permitiu um melhoramento qualitativo na apresentação gráfica e no tratamento jornalístico das várias notícias.

É óbvio que tudo isto implica um montante de encargos bastante mais elevado, pelo que, com o objectivo de tornar mais baixo o elevado custo do jornal o mesmo encontra-se aberto à publicidade.

Nos anúncios a publicar no «ELO» serão dadas condições especiais a material de compensação, reabilitação e outros para deficientes. Os preços a praticar serão sempre mais baixos que os normalmente praticados pela imprensa em geral.

Assim, qualquer pessoa, firma ou entidade interessada em anunciar no nosso jornal deverá contactar os serviços do «ELO» na Sede da ADFA.

Oportunamente esta iniciativa poderá ser alargada às delegações.

## CENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAL NA SEDE

Está a ser preparada a centralização da gestão de todo o pessoal da Associação na Sede. Isto torna-se agora possível, graças à recente aquisição de material de informática, que, com maior rapidez e maior economia de meios, executará todo o trabalho que neste domínio vinha sendo feito pelas delegações em separado.

Assim, em breve, o processamento dos vencimentos dos trabalhadores de todas as delegações passará a fazer-se directamente na Sede.

Este mais um passo na modernização da Associação e na garantia de um melhor funcionamento.

# PÁGINA DESPORTIVA

## 2.º ENCONTRO DE DESPORTO PARA DEFICIENTES

### DUAS QUESTÕES:

## — DESPORTO SEGREGADO OU INTEGRADO — RECREAÇÃO OU COMPETIÇÃO

O 2.º Encontro de Desporto para Deficientes, realizado no ISEF (Instituto Superior de Educação Física), no passado mês de Julho, para além da importância prática do contacto directo com os deficientes, realçada no número anterior do «ELO», foi mais profícua ainda no lançamento de propostas e tomadas de posição que têm sido e continuam a ser polémicas no que concerne ao desporto para deficientes.

Está de pé o debate sobre o desporto integrado ou segregado, e sobre o carácter competitivo ou meramente lúdico das actividades desportivas. Com o objectivo de lançar umas achas neste lume ainda brande, publicamos uma intervenção de David Rodrigues e um extracto de uma intervenção de Ana Varela.

### SIMPLES RECREAÇÃO OU COMPETIÇÃO TAMBÉM

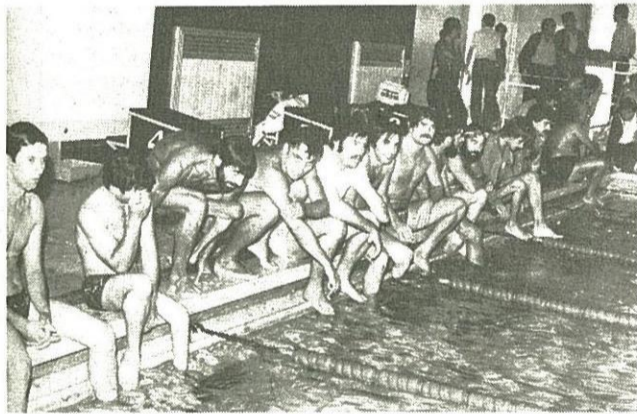
O Desporto que assume para nós um meio de formação e valorização do homem ao serviço do homem e da sociedade, é-o também para o deficiente com a particularidade do maior papel que desempenha na facilitação e aceleração da sua integração social.

Pelas suas próprias características o Desporto reúne três condições entre outras que o distinguem do Jogo, seja a importância que assumem nele os resultados, o progresso desses mesmos resultados com todas as suas consequências físico-psíquicas e sociais e o gosto pelo esforço e pelo confronto com a dificuldade e o perigo. Por outro lado mantém uma componente lúdica, é o jogo e algo mais como realça ainda o Professor Noronha Feio quando diz:

«O prazer de competir, que outra coisa não é do que uma manifestação lúdica, encontra-se sempre no instante do acto de competição, embora o desportista nem sempre tenha consciência do facto.»

É exactamente para dar ao deficiente o desporto correspondente ao seu espírito desportivo entendendo esta relação de forma dialéctica que é necessário garantir ao mesmo tempo esta componente lúdica e este gosto pelo exercício, pelo esforço e pela superação. Que isto não pode existir quando não se verificam condições mínimas de igualdade desportiva senão a desmotivação, o afastamento, o abandono, a segregação e a destruição do indivíduo podem ser o reverso da medalha que queremos diferente.

ANA VARELA



Desporto para deficientes.  
Uma disciplina complexa e sofisticada!

### PERSPECTIVAS DE ORGANIZAÇÃO DO DESPORTO PARA DEFICIENTES (D.D.) EM PORTUGAL

#### 1. — DESPORTO E SOCIEDADE

O D.D. não pode nem deve ser equacionado fora das realidades sociais em que se desenvolve. Assim, o conjunto de oportunidades alternativas de vida, que uma sociedade oferece aos seus membros e a implantação, desenvolvimento e filosofia da estrutura desportiva condicionam e de certo modo definem a política do D.D.

#### 2. — DELIMITAÇÃO DO CAMPO

O D.D. é uma actividade motora praticada num quadro organizativo regular com objectivos de:

- Manutenção de capacidades adquiridas
- Aquisição de qualidades físicas
- Aquisição de um maior repertório motor
- Desenvolvimento de relações interpessoais
- Equilíbrio socio-afectivo do praticante
- Ocupação de tempos livres

Os D.D. ainda que progressivamente se vá tornando uma actividade intimamente relacionada com a realidade e integração do deficiente tem sido praticado no nosso país quase exclusivamente por população adulta, com deficiência estabilizada.

#### 3. — CARACTERIZAÇÃO DO D.D. EM PORTUGAL

A organização do D.D. em Portugal caracteriza-se por:

- Inexistência de uma política nacional de D.D.
- Desarticulação e mesmo discrepância entre perspectivas de desenvolvimento do D.D. entre as diversas Associações e organismo que a ele se dedicam.
- Número restrito de participantes e núcleos a funcionar.
- Existência de núcleos exclusivamente junto das grandes cidades.

- Inexistência de um quadro competitivo ou de desenvolvimento previamente estabelecido.
- Iniciativas de D.D. exclusivamente com objectivos de divulgação ou de recreação esporádica (o D.D. é, salvo poucas excepções, a cereja que enfeita o bolo de encontros e comemorações).

#### 4. — REFLECTIR CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO

##### 1.ª Fase:

- Multiplicação de oferta de oportunidades de animação e competição desportiva a toda a população de uma dada área geográfica independentemente da sua filiação em qualquer organismo, conseguida através de:
  - Aproveitamento de licenciados em Educação Física já sensibilizados (ref.: 4 cursos ISEF de Desporto para Deficientes).
  - Implicação de estruturas locais de:
    - Educação Especial
    - Desportivas
    - Cultura e Lazer
  - Solicitação de apoio a organismos de âmbito nacional (ex.: D.G.D.; SNR; Entidades Estatais)

##### 2.ª Fase:

- Criação de uma estrutura nacional de D.D. encarregada de:
- Divulgação do D.D. em áreas ainda não sensibilizadas.
  - Apoio e divulgação de todas as iniciativas desse âmbito.
  - Estabelecimento de um quadro organizativo.
  - Constituição de equipas multidisciplinares de classificação e intervenção.
- Trata-se, portanto, de em 1.º lugar rentabilizar as estruturas locais comprometendo-as na organização de núcleos regionais de âmbito alargado e posteriormente criar então o organismo de cúpula que basicamente dará seguimento a actividades que os núcleos não puderam prosseguir.

#### 5. — D.D. INTEGRADO OU SEGREGADO

Parece ser lição de outros países e concordante com a nossa realidade o desenvolvimento do D.D. em regime segregado. Ainda que sem perder de vista a possibilidade de integração, o regime segregado permite:

- Melhor sistematização de formas de intervenção.
- Maior unidade reivindicativa de condições objectivas de trabalho.
- Possibilidade do praticante encontrar, num quadro de grande homogeneidade a forma que a sua actividade se revestirá no futuro.

#### 6. — REABILITAÇÃO, DESPORTO, CULTURA — TRÊS FASES DA MESMA REALIDADE

O D.D. é mais do que um «hobby». Para lá das indiscutíveis potencialidades ao nível da ocupação de tempos livres, é agente de reabilitação e integração. Os seus efeitos penetram as áreas de actividade da pessoa por completo desde as funcionais, às psicológicas ou sociais. Assim a prática do D.D. é fundamentalmente um acto de cultura que urge fomentar como direito.

#### 7. — D.D. — QUE FORMAÇÃO?

Com a criação dos Centros de Animação Desportiva e com a leccionação de matérias de Educação Especial e de D.D. o ISEF tem cumprido amplamente as funções de formação que lhe estão atribuídas. Os frutos desta política de formação começam a evidenciar-se mas cabe, como ficou dito, uma parte fundamental à iniciativa pessoal.

David Rodrigues

### REABILITAÇÃO PROFISSIONAL HORÁRIO

Avisam-se todos os sócios que a Secção de Reabilitação Profissional da Sede passa a ter o seguinte horário:

**SEGUNDAS E SEXTAS-FEIRAS, DAS 9 ÀS 12.30 HORAS.**

**TERÇAS E QUINTAS-FEIRAS, DAS 14 ÀS 18 HORAS.**

Este será o horário normal de atendimento sem prejuízo de qualquer emergência que poderá ser recebida em qualquer hora de expediente.

### ANUNCIE NO «ELO»

ESTE ESPAÇO PODE SER SEU.

O «ELO» É LIDO MENSALMENTE POR CERCA DE 15000 PESSOAS

ANUNCIE NO «ELO»

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, TEL. 3621 67/8/9  
LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

## AULAS DE NATAÇÃO JÁ COMEÇARAM

Começaram no passado dia 18 de Novembro as aulas de natação para os filhos de sócios da ADFA.

Esta escola funciona na Piscina Municipal da Penha de França, das 10 às 12 horas, às terças e quintas feiras, para crianças dos 5 aos 12 anos. Até ao momento inscreveram-se quarenta alunos pelo que se pensa abrir uma outra turma, nos mesmos dias, das 15,30 às 16,30. As inscrições são gratuitas, de-

vem ser feitas na Sede da associação.

As aulas de natação são ministradas por Carlos Nivo que se encontra devidamente habilitado, como monitor, pela DGD.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer à Câmara Municipal de Lisboa a cedência, mais uma vez, das instalações municipais da Penha de França, para funcionamento desta escola da ADFA.

## TORNEIO DE BASQUETEBOL DA DGD-LISBOA

O Torneio de Basquetebol em cadeira de rodas, organizado anualmente pela D.G.D. — Delegação de Lisboa, terá início no próximo dia 29 de Outubro.

A competição terá a participação das seguintes equipas:

ADFA, Lar Militar, Alcoitão e Joanita.

Dia 29 de Outubro, às 10 horas da manhã, no pavilhão do Estádio Universitário de Lisboa, terá lugar o

primeiro encontro do torneio entre a ADFA e o Lar Militar. As nossas saudações aos nossos camaradas do Lar, que desta forma retomam a prática da actividade desportiva, de que foram em certa medida pioneiros, mas da qual andavam arredados à uns anos; esperamos que os atletas do Hospital Militar lhes saibam seguir o exemplo.

De salientar que a ADFA ganhou este torneio nos últimos três anos.

## AINDA O PIQUENIQUE DE SETÚBAL



Sobre o «Piquenique» realizado em Setúbal, no passado mês de Julho, atempadamente divulgado no «ELO» tem com certeza interesse dizer algo acerca daquele importante encontro.

Um dos dias quentes do Verão que passou, 23 de Julho, logo pela manhã, vários sócios da zona de Lisboa, utilizando o seu meio de transporte próprio, iam chegando à porta da Delegação de Setúbal onde eram aguardados por sócios daquela zona sadina, os quais não perdiam tempo nos últimos preparativos para o convívio que se iria realizar pouca horas mais tarde, ali próximo, em S. Paulo.

Como o dia era propício para uma deslocação até à praia, alguns, os mais amantes de praia, aproveitaram para se bronzear um pouco e foram até à Figueirinha antes do programado almoço ao ar livre.

Pelas 13 horas e talvez com «a barriga a dar horas», os mais atrasados iam chegando ao local previamente escolhido. À sombra de umas dezenas de eucaliptos de grande porte, com a serra de Palmela como cenário, enquanto uns, os mais especialistas, assavam sardinhas e febras ao mesmo tempo que comam com uma fatia de pão a servir de prato, para não ficarem para trás, outros procuravam acomodar-se improvisando mesas e assentos para a desejada refeição.

Para completar este almoço regado com vinho de «uva» da região e Palmela, não faltou a sobremesa e, por último, uns crustáceos, surpresa dos sócios da zona.

Ao fim da tardinha, já o sol se aproximava lá do horizonte, já nos fogareiros o carvão quase queimado e o reportório das canções esgotado, foi quando unanimemente e a muito custo se decidiu arrumar todo o material, a fim de sócios e familiares partirem, deixando novas amizades e algumas saudades.

Não pretendo exagerar, diremos que este «Piquenique» foi efectivamente uma prova de grande camaradagem e confraternização, em que o espírito esteve sempre presente, realçando-se a organização e iniciativa que estiveram a cargo dos sócios da delegação de Setúbal.

«Piqueniques» não se fazem todos os dias, sobretudo no momento presente, mas este tipo de iniciativas são sempre louváveis, pelo que os sócios das diversas zonas do País poderão contar connosco para realizações semelhantes, desde que nos contactem com a devida antecedência.

Para já, prevê-se a realização de outro convívio semelhante por iniciativa de alguns sócios da linha de Cascais.

De referir que as despesas decorrentes destas iniciativas são suportadas pelos participantes.

# 2.º CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES MAIS UM PASSO NA DIVISÃO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

## ● 5 ASSOCIAÇÕES (INCLUINDO A ADFA) TOMARAM POSIÇÃO PÚBLICA

Realizou-se, nos dias 22 e 23 de Outubro, na Amadora, o designado 2.º Congresso Nacional de Deficientes, promovido pela denominada União Coordenadora dos Organismos de Deficientes (UCNOD).

Tal como sucedeu já com o 1.º Congresso Nacional de Deficientes, realizado em Abril de 1980, este Congresso provocou alguma reflexão nos meios associativos. Este é, adianta-se já, um dos poucos aspectos positivos que encerra. Um outro será a oportunidade de reunião de alguns deficientes.

Algumas Associações, não podendo admitir que o Congresso fosse apresentado como representativo de todos os deficientes e delas próprias, por conseguinte, entenderam esclarecer publicamente a sua posição. Para além de deixarem claro que não fazem parte da organização do Congresso, aproveitaram para expressar a sua opinião quanto aos fundamentos do mesmo, bem como quanto às suas finalidades.

Esta posição surgiu na sequência de algumas reuniões realizadas entre a ADFA, Associação Portuguesa de Surdos, Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas, Associação Promotora de Emprego para Deficientes Visuais e Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes.

A seguir, transcrevemos na íntegra o comunicado subscrito por estas 5 organizações e tornado público.

A polémica levantada à volta do 1.º Congresso Nacional de Deficientes, realizado em Abril de 1980, partiu, como se sabe, da ADFA.

Na altura, tudo se tinha preparado para apresentar publicamente uma pseudo-unidade associativa de todos os deficientes. O que cimentava essa «unidade» não eram os interesses dos deficientes, mas as conveniências político-partidárias que estavam por trás da organização do Congresso. Empenhada nesse processo encontrava-se a própria Direcção da ADFA de então, que veio, na sequência disso, a ser substituída, por força da intervenção enérgica dos sócios. Em 12 de Abril de 1980, uma das maiores Assembleias Gerais de sempre demarcou a Associação do Congresso e retirou a confiança aos órgãos sociais, fazendo iniciar uma nova fase da vida da ADFA, claramente caracterizada pela isenção político-partidária.

Assim, no que respeita à ADFA, esse 1.º Congresso foi bastante positivo, já que proporcionou uma clarificação interna necessária. Também para outras Associações terá sido proveitoso, porque, apercebendo-se dos riscos da sua manipulação partidária do movimento associativo, se dispuseram a participar numa análise mais aprofundada.

O tema do associativismo foi exaustivamente tratado no próprio Congresso da ADFA, realizado em Maio de 1981. Aí ficou definido que a ADFA está disponível para se empenhar num verdadeiro movimento nacional de todos os deficientes, baseado exclusivamente na determinação destes.

Desde então, realizaram-se algumas reuniões entre a ADFA e outras Associações de deficientes em torno desta ideia. Foi na sequência dessas reuniões que agora foi possível fazer uma análise conjunta e chegar a conclusões comuns.

O comunicado subscrito pelas 5 Associações, além de distribuído pelos órgãos de informação, foi também enviado aos órgãos de soberania e departamentos do Estado ligados à reabilitação de deficientes. Foi ainda enviado aos promotores do Congresso, esperando-se, como no próprio documento se refere, que mereça a maior atenção e reflexão dos deficientes participantes.

Foi a seguinte a posição das 5 referidas Associações de deficientes e em que se inclui, como já dito, a ADFA:

**As Direcções da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), Associação Portuguesa de Surdos (APS), Associação de Pais p/Educação das Crianças Deficientes Auditivas (APECDA), Associação Promotora de Emprego para Deficientes Invisuais (APEVD) e Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes (CNAD), depois de algumas reuniões conjuntas, em que analisaram a actual situação organizativa dos Deficientes em Portugal, consideram oportuno apresentar publicamente algumas conclusões.**

**1. Vai realizar-se, nos próximos dias 22 e 23 de Outubro, o designado 2.º Congresso Nacional de Deficientes. As Associações signatárias pretendem, antes de mais, esclarecer a opinião pública, os Órgãos de Soberania e muito especialmente os deficientes portugueses que o referido congresso, organizado pela denominada União Coordenadora dos Organismos de Deficientes (UCNOD), não é representativo de todos os deficientes.**

**2. As Associações signatárias não só não participam neste congresso, como não concordam com as finalidades do mesmo — apresentar os deficientes como parceiro social, mas apenas representados por um sector restrito e politicamente marcado —, nem com os pressupostos em que assenta a constituição da UCNOD, entidade promotora.**

**3. Consideram, contudo, tratar-se de uma iniciativa que encerra algo de positivo, já que irá, apesar**

**de tudo, proporcionar a reunião de algumas deficientes, o que incrementará, de algum modo, o espírito associativo.**

**4. A denominada União Coordenadora dos Organismos de Deficientes, que não representa todas as Associações, promotora de um congresso que não é nacional, vem prestando um mau serviço, ao assentar a sua conduta em critérios político-partidários, imprimindo, assim, um cunho errado ao movimento de deficientes, o qual, deste modo, acabaria por funcionar mais como factor de divisão do que congregação de todos os que são igualmente objecto de marginalização, independentemente das suas ideologias.**

**5. As Associações signatárias não podem permitir que a opinião pública seja ludibriada, os órgãos do poder induzidos em erro e os próprios deficientes iludidos. Não aceitam que a satisfação da real necessidade de organização dos deficientes à escala nacional seja inviabilizada por uma auto-denominada estrutura coordenadora dos organismos de deficientes, apostada a promover outros interesses. Não admitem que a verdadeira capacidade organizativa dos deficientes, resultante das suas legítimas aspirações, seja substituída pela dinâmica partidária. Assim, mais do que denunciar, passivamente, a situação actual, manifestam a sua total disponibilidade para a criação e lançamento de um único e genuíno movimento de deficientes, que todos congregue e mobilize, centrado exclusivamente nos seus interesses.**

**6. Submetem, assim, à reflexão de todos os deficientes, incluindo os participantes no congresso, esta disponibilidade. Exortam todos os deficientes a reflectirem e valorizarem o que realmente os une e a rejeitarem o que artificialmente os possa dividir. Convidam todos os deficientes a manterem-se firmes na defesa dos seus direitos e a não permitirem que as suas próprias deficiências sejam capitalizadas em proveito alheio.**

**7. As Associações signatárias comprometem-se a dinamizar os deficientes, por todos os meios ao seu alcance, e a criar condições para que a necessária organização nacional seja uma realidade, manifestando a sua determinação em não permitir que as conveniências políticas dividam quem socialmente se encontra tão profundamente unido.**

## SEMANA DO DESARMAMENTO

### A ADFA JUNTA A SUA VOZ À DE TODOS OS DEFENSORES DA PAZ

A ADFA tornou público um comunicado a propósito da semana do desarmamento, proclamada pela Assembleia das Nações Unidas e que é assinalada em todo o Mundo de 22 a 29 de Outubro.

Como membro da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, que desenvolve intensa actividade no âmbito de defesa da paz, a ADFA vê agora acrescidas as suas responsabilidades neste domínio. É nesse sentido e em sintonia com a orientação geral da FMAC que a ADFA vem agora a público manifestar a sua posição sobre a corrida aos armamentos, de cujos riscos a opinião pública vai tendo cada vez maior consciência.

Publicamos a seguir, na íntegra, o comunicado que a Direcção Central da ADFA enviou aos órgãos de informação:

**Com a proclamação da semana do desarmamento, que decorre de 22 a 29 de Outubro, pretendeu a Assembleia das Nações Unidas chamar a humanidade à reflexão sobre os perigos que corre com a possível deflagração de uma guerra nuclear.**

**A mais alta Instância Internacional, no seu empenhamento em garantir a paz, conta com a manifestação da opinião pública, resultante do profundo apego que cada um tem à vida e ao direito de vivê-la em paz, sem a ameaça permanente de uma catástrofe aniquiladora.**

**Habituada, ao longo da história, a coexistir com guerras permanentes, a humanidade parece agora, quando todas as pessoas, sem excepção, se encontram ameaçadas pelo perigo nuclear, acordar e tomar consciência dos horrores da guerra, rejeitando-a definitivamente.**

**Numa guerra nuclear já não serão apenas os soldados, filhos dos humildes e anónimos cidadãos, expressamente preparados para morrer, a correr riscos. Militares e civis, humildes e poderosos, todos perecerão com a eclosão de um conflito que utilize todo o potencial bélico que as superpotências têm pronto a ser detonado.**

**A caudalosa corrente de opinião pública em defesa da paz, a que todas as pessoas minimamente conscientes da gravidade de uma terceira e última guerra mundial não poderão alhear-se, poderá marcar uma reviravolta histórica na forma até agora leviana, irresponsável e impune como na nossa cultura se aceita a promoção da guerra.**

**Os deficientes das Forças Armadas, vítimas de uma guerra recente, mas já distante na memória das pessoas, juntam a**

**sua voz à de todos os defensores da paz e da vida, ajudando a erguer uma barreira forte que impeça a destruição de um mundo onde a vida pode e deve ser ainda melhor. Os deficientes das Forças Armadas estão presentes nesta semana do desarmamento, denunciando os senhores da guerra, de Oeste e de Leste, exortando-os a desistirem da louca corrida armamentista e a mentalizarem os arsenais de que dispõem. Exortam, tanto uns como outros, a que utilizem as sobras da sua mesa farta, até aqui canalizadas para o armamento, no apoio aos países pobres e na proclamação de uma vida melhor e mais feliz para todos os homens.**

**A ADFA, membro da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, que tem como finalidade, entre outras, pugnar pela paz e pela resolução pacífica dos conflitos, assume-se plenamente em Portugal como sua representante, alertando para a necessidade urgente de tranquilizar a humanidade com garantias efectivas das superpotências de que não utilizarão as suas armas destruidoras, antes as anularem progressivamente.**

**A ADFA manifesta a sua solidariedade com todos quantos se empenham activamente na actual campanha contra a corrida aos armamentos, mas alerta para a necessidade de essa campanha ser imparcial, condenando de igual modo as duas superpotências, ambas responsáveis pelo mal-estar e intranquilidade que caracterizam os tempos que correm. Chama a atenção para o perigo de condenar uma parte defendendo outra, encorajando assim a disputa e o conflito.**



DESPESAS MILITARES ANUAIS DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

RENDA NACIONAL ANUAL DE TODOS OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Desenho publicado no Correio da Unesco de Janeiro de 1976

**A guerra, opondo-se à paz, como a morte à vida, deve ser categoricamente rejeitada, independentemente de quem a promove. A humanidade passou a sua História a fazer guerras em nome da paz. É tempo de dizer definitivamente não à guerra.**

## ÚLTIMA HORA

### SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO VISITOU A SEDE DA ADFA

No dia 25 de Outubro, horas antes deste número do «Elo» sair da máquina do «Diário Popular» o Secretário Nacional de Reabilitação esteve na sede da ADFA, onde visitou as instalações e teve uma reunião de trabalho com os órgãos sociais centrais da Associação.

Não é possível, nesta edição, fazer um reportagem desenvolvida sobre esta visita do Secretário Nacional, já que foram tratados exaustivamente as questões fundamentais da problemática dos deficientes relacionadas com a futura orientação do Secretariado. Entre essas questões, foram discutidos, com bastante profundidade, os problemas prementes dos deficientes das Forças Armadas, constante, aliás, das reivindicações que a ADFA vem fazendo.

A reportagem desenvolvida desta visita será publicada no próximo número do «Elo».

Esta foi a primeira de uma série de visitas que o novo Secretário Nacional de Reabilitação, Bobela Mota, pretende fazer às Associações de Deficientes no início do seu mandato.